



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA**

**ENTRELAÇANDO VIVÊNCIAS E PRÁTICAS DO FEMININO NO SERTÃO
DA PARAÍBA NO ROMANCE A BARRAGEM DE IGNEZ MARIZ**

LEIDAIANE CRUZ DO NASCIMENTO

**CAJAZEIRAS – PB
2015**

LEIDAIANE CRUZ DO NASCIMENTO

**ENTRELAÇANDO VIVÊNCIAS E PRÁTICAS DO FEMININO NO SERTÃO
DA PARAÍBA NO ROMANCE A BARRAGEM DE IGNEZ MARIZ**

**Monografia apresentada a disciplina Trabalho de
Conclusão de Curso (TCC) do Curso de
Graduação em História da Unidade Acadêmica
de Ciências Sociais do Centro de Formação de
Professores da Universidade Federal de Campina
Grande como requisito para obtenção de nota.**

Prof. (a) orientador (a): MS. ISAMARC GONÇALVES LÔBO

**CAJAZEIRAS – PB
2015**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação - (CIP)
André Domingos da Silva - Bibliotecário CRB/15-730
Cajazeiras - Paraíba

N244e Nascimento, Leidaiane Cruz do
Entrelaçando vivências e práticas do feminino no sertão da Paraíba
no romance A Barragem de Ignez Mariz. / Leidaiane Cruz do
Nascimento, 2015.

76f.

Bibliografia.

Orientador (a): Isamar Gonçalves Lôbo.

Monografia (Graduação) - UFCG/CFP

1. História. 2. Literatura. 3. Cotidiano feminino. 4. Sertão
paraibano. I. Lôbo, Isamar Gonçalves. II. Título.

UFCG/CFP/BS

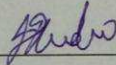
CDU -94:82-31(813.3)

LEIDAIANE CRUZ DO NASCIMENTO

ENTRELAÇANDO VIVÊNCIAS E PRÁTICAS DO FEMININO NO SERTÃO
DA PARAÍBA NO ROMANCE A BARRAGEM DE IGNEZ MARIZ

APROVADO EM: 03/03/15

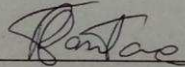
BANCA EXAMINADORA



Prof. Ms. Isamar Gonçalves Lôbo
Orientador



Prof. Dr. Viviane Gomes de Ceballos
Membro Examinador



Prof. Dr. Rosemere Olímpio de Santana
Membro Examinador

Prof. Dr. Silvana Vieira de Sousa
Membro Examinador
(Suplente)

CAJAZEIRAS – PB

2015

RESUMO

Este trabalho resulta de um estudo reflexivo e teórico sobre as conexões e as dessemelhanças entre as narrativas históricas e literárias, ou seja, os momentos de aproximações e distanciamentos entre as suas modalidades discursivas. Tendo como fonte de pesquisa o romance *A Barragem* da escritora sousense Ignez Mariz publicado pela primeira vez no ano de 1937 pela editora José Olympio no Rio de Janeiro. O romance traz em sua narrativa detalhes importantíssimos sobre a construção da barragem de São Gonçalo, na região de Sousa no alto sertão paraibano, mediante a ação dos personagens, entre os quais podemos elencar a história da família de Zé Mariano e dona Mariquinha, retirantes sertanejos. Com efeito, por meio da análise e interpretação deste romance regionalista podemos destacar os símbolos representativos da realidade histórica, compreendendo as práticas e as vivências cotidianas do feminino no sertão paraibano nas primeiras décadas do século XX. De fato, o romance apresenta elementos históricos e sociais, visíveis por meio do efeito da verossimilhança e da função de mimese, ou seja, imitação da realidade.

PALAVRAS-CHAVE: História. Literatura. Cotidiano feminino. Sertão paraibano

ABSTRACT

This work is the result of a reflective and theoretical study of the connections and dissimilarities between the historical and literary narratives, that is, the moments of similarities and differences between their discursive modalities. Having as a source of research the novel *The Dam* Sousaense writer Ignez Mariz first published in 1937 by the publisher José Olympio in Rio de Janeiro. The novel brings in its narrative details very important on the construction of the dam of Saint Mary (hence the name of the work), in Sousa region in the high backlands of Paraíba, through the action of the characters, among which we can list the family history Zé Mariano and owner Mariquinha migrants sertanejos the time. Indeed, through the analysis and interpretation of this novel regionalist we can highlight the distinctive symbols of historical fact, including the practices and women's daily experiences in Paraíba hinterland in the first decades of the twentieth century. In fact, the novel presents historical and social elements, visible through the effect of the likelihood and mimesis function, ie imitation of reality.

KEYWORDS: History. Literature. Female everyday. backlands of Paraíba

Dedico este trabalho ao meu Mentor, Conselheiro, Melhor Amigo e Confidente, Tu és bem-vindo na minha vida, eu te amo com todo o meu ser – Espírito Santo de Deus.

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar ao autor da minha vida – Deus, por estar comigo em todos os momentos, por me conduzir sob a plenitude do seu Espírito, por trazer paz ao meu coração diante das dificuldades, das lutas e das aflições. Por me ensinar a amar os meus, e também aqueles que são rejeitados pelo mundo, por ser a minha força, por me sustentar e encorajar a prosseguir, por guiar os meus passos em direção ao centro da sua vontade que é boa, perfeita e agradável...

A minha família presente de Deus, ao amor incondicional da minha vida dona Raimunda, mãe, guerreira, amiga, protetora, mulher sábia e prudente, sempre ao meu lado, e juntas enfrentamos diversas situações difíceis. Muitas das vezes renunciou os seus sonhos para que eu sonhasse os meus, sempre me encorajando a continuar e a ser perseverante diante dos desafios da vida. Mãe obrigada por tudo!

Aos meus amados irmãos Dedé, Reginaldo, Paulo e Luciano obrigada por tudo, pelo apoio, pelo incentivo, pelo carinho, pelo cuidado, por tentar me proteger dos percalços do caminho, por estar comigo, por permanecemos sempre juntos contornando os obstáculos e enfrentado as circunstâncias inesperadas da vida. Amo vocês!

As minhas cunhadas Eliane, Loise, Mônica e Andréa, obrigada por completarem a minha família, por fazerem meus irmãos felizes, agradeço também pela amizade de cada uma de vocês, pelo carinho e pela atenção, por me ouvir, pelos conselhos em momentos oportunos, e pelas palavras positivas. Vocês são mulheres cheias de virtudes!

Aos meus queridos e estimados sobrinhos (a) Thauane, Bruno, Pablo, Luan, Anraffel, Paloma e o pequeno Reginaldinho, vocês são sementes de bênçãos que o Senhor colocou em nossas vidas, com vocês a nossa existência ganhou suavidade, pois cada sorriso de vocês nos proporciona momentos de alegria. Deus abençoe vocês!

Ao MEU SONHO, presente do Senhor, um verdadeiro homem de Deus, mesmo distante estava torcendo pela realização e concretização deste trabalho, obrigada meu amado pelos momentos de descontração que me proporcionaste. Você me completa, com você os meus dias ficam muito mais alegres. Amor da minha vida, que nasceu nas mãos de Deus!

Ao meu querido e extraordinário professor e orientador Isamarc Lôbo, pessoa excelente que admiro muito e que amo de coração, não tenho nem palavras para estimar a minha eterna gratidão, conhecer você foi uma surpresa maravilhosa que aconteceu na minha vida. Obrigada por tudo, por sua atenção, por seus conselhos, por sua dedicação,

por compartilhar comigo o seu conhecimento e a sua sabedoria, obrigada por acreditar em mim. Bênção de Deus na minha vida!

Mais uma vez, quero agradecer ao meu professor e orientador Isamarc Lôbo por ter me concedido a oportunidade de participar como voluntária do projeto “Um acervo, um intelectual: Deusdedit Leitão” na época sob a sua coordenação no Núcleo de Documentação Histórica Deusdedit Leitão. A minha participação neste projeto foi extremamente importante, pois foi no acervo do núcleo onde encontrei a minha fonte de pesquisa o romance literário A Barragem da escritora sousense Ignez Mariz.

Quero também agradecer de maneira geral a todos os professores (a) que passaram na minha vida e que contribuíram para minha formação como aluna e cidadã consciente dos meus direitos e deveres na construção da sociedade. Obrigada a cada um de vocês, desde os meus professores (a) da educação infantil até os professores (a) universitários. Vocês foram gotas de esperanças na minha vida em meio ao deserto!

E por fim, mas não por último, quero estimar a minha gratidão a todos aos meus poucos e verdadeiros amigos e amigas que carrego comigo dentro de uma pequena caixinha chamada coração... aos de longe e aos de perto, aos antigos e aos novos, aos de infância, e aos da universidade, aos amigos na fé e as amizades que surgiram por acaso. Amigos (a) muito obrigada!

Obrigada por tudo, a todas as pessoas que foram essenciais e que contribuíram direta ou indiretamente para a realização deste trabalho, o que antes era apenas um sonho agora é uma realidade...

*Eu sou frágil, mas meu Deus é forte.
Sou pequeno, mas meu Deus é grande.
Sou momento, Ele é eternidade.
Ele é tudo, só sou uma frase.*

Mariana Valadão

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO 1	18
HISTÓRIA E LITERATURA: CONEXÕES E DESSEMELHANÇAS	18
1.2 HISTÓRIA, LITERATURA E VERDADE.....	18
1.2 HISTÓRIA, LITERATURA E VEROSSIMILHANÇA.....	22
1.3 O VEROSSÍMIL E O HISTÓRICO: APROXIMAÇÕES E DISTANCIAMENTOS.....	26
1.4 LITERATURA FONTE PARA A ESCRITA DA HISTÓRIA DAS MULHERES.....	30
CAPÍTULO 2	34
PRÁTICAS MODERNAS E ANTIGAS: O COTIDIANO DAS MULHERES NO INÍCIO DO SÉCULO XX	34
1.1 OS SIGNOS MODERNOS E A PLURALIDADE DO TRABALHO FEMININO.....	34
2.2 MODA FEMININA, RELAÇÕES AMOROSAS E NOVOS ESPAÇOS DE DIVERSÃO NO SERTÃO PARAIBANO.....	39
2.3 OS DISCURSOS QUE CRIAVAM OS ESTEREÓTIPOS E JUSTIFICAVAM AS DESIGUALDADES.....	45
CAPÍTULO 3	51
ENTRELAÇANDO SIMILITUDES DE MODELOS REAIS E FICTÍCIOS DO FEMININO NO SERTÃO PARAIBANO	51
3.1 IGNEZ MARIZ: ESCRITORA PARAIBANA DE GRANDES POSSIBILIDADES.....	53
3.2 A REBELDIA DE UMA JOVEM MODERNA.....	55
3.3 A DONA DE CASA SERTANEJA, SUBMISSA E PASSIVA.....	59
3.4 A PROFESSORA SOLTEIRONA VIAJADA E INSTRUÍDA.....	64
3.5 A SENSUALIDADE DA PROSTITUTA ALFABETIZADA.....	65
CONSIDERAÇÕES FINAIS	70
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA	74

INTRODUÇÃO

Inicialmente, podemos acentuar que a história é uma arte literária, existindo concretamente por meio de um discurso, a história é uma narrativa real, pois se apresenta como uma literatura que busca a verdade. Como nos mostra o historiador Paul Veyne (1998, p. 12), “[...] os historiadores narram fatos reais que têm o homem como ator; a história é um romance real”. Contudo, é oportuno salientar que a função do romance reside exclusivamente na descrição dos eventos, por sua vez a narrativa histórica visa explicar os acontecimentos dentro de uma trama historicamente construída.

De fato, o discurso historiográfico tem por finalidade historiar uma narrativa sucinta de acontecimentos verídicos, pois, a história não é ficção ela é uma descrição de um fato real. Mesmo sabendo, que a verdade absoluta é inalcançável, o historiador deseja ardentemente esta verdade, existe um anseio na narrativa histórica, cujas produções necessariamente devem estar em conformidade com a realidade. Entendemos, assim, que o discurso histórico, por meio da descrição dos acontecimentos passados recria formas de representação de um universo até então inexistente.

Em contrapartida, o discurso literário, não tem nenhum compromisso com a verdade, em seu quadro teórico desenvolve, apenas a função de narrar os fatos dentro de uma trama artística imaginária. Deste modo, o gênero literário através da narrativa romanesca deixar transparecer em seus discursos fictícios, as inquietudes sociais e pessoais. As quais, são reflexos dos sentimentos e das fantasias humanas, produto da imaginação, sem obrigação com a veridicidade, tendo a função de mimese, ou seja, imitação da realidade.

Por conseguinte, apesar das suas diferenças discursivas os gêneros histórico e literário, depois de muitos encontros e desencontros, puderam se relacionar e dialogar desenvolvendo uma relação de parceria em suas produções. De fato, atualmente, a História e a Literatura estão compartilhando conhecimento, onde uma serve de fonte para a outra, e ambas produzem saberes. Com efeito, a Literatura tornou-se uma fonte extremamente necessária para a escrita da história, rica em aspectos subjetivos, plurissignificativa capaz de evidenciar diversas experiências humanas.

Entretanto, é importante destacar que essa relação harmoniosa entre as narrativas históricas e literárias, só foi possível, por causa da reviravolta no campo historiográfico

proporcionado pela corrente dos Annales. Na verdade, houve uma diversificação no campo de pesquisa do historiador por meio da interdisciplinaridade, onde o conceito de fonte histórica passou a abranger múltiplas experiências humanas. Portanto, com a pluralização das fontes, a Literatura se apresenta com os seus discursos ficcionais, essenciais na pesquisa histórica.

Entre os diversos tipos de narrativas literárias, podemos apontar a narrativa romanceada que tem por finalidade enveredar um enredo transpondo ações e sentimentos de personagens fictícios. Contudo, é importante destacar que “[...] o romance serve não apenas para entreter, mas também como meio de engajamento histórico da realidade [...]” (EHRICH, 2009, p. 59). Ou seja, através da literatura romanceada podemos transpor nossos sonhos e nossas inquietações, numa transposição da vida humana, para uma dimensão artística imaginária.

Neste contexto, podemos destacar a nossa fonte de pesquisa, o romance **A Barragem** da escritora sousense Ignez Mariz publicado pela primeira vez no ano de 1937 pela editora José Olympio no Rio de Janeiro. O romance traz em sua narrativa detalhes importantíssimos sobre a construção da barragem de São Gonçalo, na região de Sousa no alto sertão paraibano. Nesta época, era comum a construção de reservatórios de água no sertão nordestino, com o intuito de amenizar os estragos das secas que assolavam a região provocando um rastro calamitoso de fome e miséria.

Além disso, o romance ganha contornos também mediante a ação dos seus personagens, entre os quais podemos elencar a história da família de Zé Mariano e dona Mariquinha retirantes sertanejos da época. Os quais, são expulsos da suas terras, por causa da seca de 1932 que assolava o semiárido paraibano, para sobreviver se direcionam para o povoado de São Gonçalo, em busca de trabalho na construção da barragem. De fato, praticamente toda a narrativa gira em torno desta família, e se encerra com a filha mais velha, Maria dos Remédios “a menina dos olhos de toda a barragem” casada.

Faz-se necessário, também ressaltar que Ignez Mariz deixa transparecer em sua narrativa alguns discursos travados nas primeiras décadas do século XX, em torno das questões de gênero. “A narrativa se abre para o complexo social e coletivo [...] articulando categorias tão eficazes quanto distintas de análise das relações sociais, como gênero, classe, etnia, cultura” (BERNANDO, s/d, p. 9). A rigor, Ignez Mariz através do seu romance deixa explícito os debates da época sobre as questões femininas, entre elas a sexualidade e a educação feminina.

De fato, nas primeiras décadas do século XX, o modo de vida das pessoas, inclusive o modo de vida das mulheres passaram por profundas transformações, afetando as tradições e os valores culturais. Portanto, surgiram mudanças nas relações familiares e amorosas, causou alterações na moda e na aparência feminina e inseriu as mulheres nos espaços públicos (trabalho ou diversão). De modo geral, os símbolos modernos proporcionaram uma revolução nos costumes, no comportamento, nos valores e na cultura que até então prevalecia na sociedade.

Sendo assim, para exemplificar com mais ênfase estas transformações que estavam sucedendo na vida das mulheres, iremos destacar adiante cinco perfis femininos que caracterizam esse período de mudanças. Podemos apontar que um destes perfis é a própria autora Ignez Mariz, e os demais são personagens fictícias do romance, Maria dos Remédios, dona Mariquinha, a prostituta Lina e a professora Eudocia. Pois bem, como foi destacado anteriormente com a ampliação do conceito de fonte e da interdisciplinaridade as mulheres passaram a ser tanto objeto, quanto sujeito da história.

Cabe-nos acrescentar também que Ignez Mariz desenvolve a escrita do romance por meio de uma linguagem arcaica, caracterizando desta forma, o período da escrita, ou seja, o texto não segue as regras cultas da gramática moderna. Anote-se ainda, que é possível perceber no romance, neste contexto, através da fala dos personagens as crenças e os costumes da população sertaneja paraibana. Deste modo, compreendemos que a narrativa se apresenta como um romance regionalista, contendo elementos históricos e culturais que caracterizam e retratam a realidade da região local.

[...] regionalismo – conceito de romance de temática geralmente rural, que acabou por generalizar todas as narrativas produzidas entre os anos de 1930 e 1970, por escritores oriundos de famílias oligárquicas e/ou decadentes, com uma visão de mundo crítica (que muitas vezes escamoteia o intuito de manter os laços com a tradição patriarcal e com a hegemonia sócio-política) - vem marcar um novo modo de escrever romances (EHRICH, 2009, p. 87-88).

Com efeito, **A Barragem** é um romance regionalista, pois a sua escrita evidencia elementos sociais, culturais e históricos que caracterizam, o espaço sertanejo nas primeiras décadas do século XX. A narrativa de Ignez Mariz, se apresenta como um romance regionalista de grande importância para a literatura paraibana, porém, praticamente “anônimo”, quando comparamos com **A Bagaceira** (1928) de José

Américo de Almeida ou **Menino de Engenho** (1932) de José Lins do Rego. De fato, esta realidade é compressível dentro da lógica que excluía a escrita feminina do cânone literário¹ brasileiro.

Particularmente ignorava a inexistência da escritora sousense Ignez Mariz, conhecia apenas os escritores clássicos da literatura paraibana como José Lins do Rego, Graciliano Ramos, Ariano Suassuna e José Américo de Almeida. Na verdade, o primeiro contato que tive com **A Barragem** foi por meio da participação como voluntária do projeto “*Um acervo, um intelectual: Deusdedit Leitão*” na época sob a coordenação do professor Isamar Gonçalves Lôbo no acervo do Núcleo de Documentação Histórica Deusdedit Leitão (NDHL), localizando no campos da Universidade Federal de Campina Grande na cidade de Cajazeiras Paraíba.

Deste o primeiro momento, a narrativa romanesca de Ignez Mariz despertou minha atenção, entre tantos livros, e entre diversas possibilidades que poderia se enveredar pesquisas, **A Barragem** sobressaiu diante dos meus olhos. Logo em seguida, comecei a fazer algumas pesquisas, com a finalidade de conhecê-lo, daí acabei descobrindo que pouco ou quase nada tinha sido escrito. Diante disso, tomei a decisão de desenvolver uma nova pesquisa tendo como fonte este romance, abandonando assim, o outro trabalho que até então estava em processo de investigação.

A rigor, a problemática desta pesquisa surgiu justamente da inquietação para tentar compreender porque, este romance era desconhecido e pouco estudado nas escolas e nas universidades. Mesmo sendo um romance intrigante com um enredo sensacional, recheado de façanhas, cujas ações dos personagens denunciam as ideologias, as crenças, e os valores que circulavam no interior daquela sociedade. De fato, o romance apresenta elementos históricos e sociais, visíveis por meio do efeito da verossimilhança e da função de mimese, ou seja, imitação da realidade.

Para efetivação deste trabalho, inicialmente foi desenvolvida uma discussão teórica, tentando compreender as conexões e dessemelhanças entre as narrativas históricas e literárias, ou seja, os momentos de aproximações e distanciamentos entre as

¹ “Cânone literário é, assim, o corpo de obras (e seus autores) social e institucionalmente consideradas “grandes”, “geniais”, perenes, comunicando valores humanos essenciais, por isso dignas de serem estudadas e transmitidas de geração em geração” CEIA, Carlos. **E- Dicionário de Termos literários.** Disponível em: http://edtl.com.pt/index.php?option=com_mtree&task=viewlink&link_id=525&Itemid=2. Acesso em 09 de fevereiro de 2015.

suas modalidades discursivas. Em seguida, desenvolvemos uma análise cuidadosa e detalhada do romance **A Barragem**, buscando ressaltar as mudanças que estavam acontecendo no cotidiano das mulheres, caracterizando o momento de profundas transformações nas primeiras décadas do século XX. Prosseguimos, assim, com uma interpretação minuciosa do romance, tentando entender por meio das ações das personagens a representação histórica da realidade, reflexos deste momento de mudanças no sertão paraibano.

Para o cumprimento da proposta apresentada acima, o presente trabalho está organizado em três capítulos: No primeiro capítulo “*História e Literatura: conexões e dessemelhanças*” foi desenvolvido uma reflexão teórica discutindo os momentos de encontro e desencontros entre as narrativas históricas e literárias. No geral os gêneros históricos e literários são moldados por normas e regras específicas, seguindo as ordens básicas dos seus discursos. Enquanto, que a função dos historiadores é selecionar e explicar os fatos dentro de uma narrativa descritiva, aos escritores cabe a função de inventar acontecimentos e projetá-los dentro de uma trama fictícia.

Todavia, apesar dos gêneros histórico e literário representarem formas discursivas distintas, ambos tem por finalidade revelar e construir um enredo, seja através da descrição de acontecimentos reais, ou por meio da descrição de acontecimentos fictícios. A narrativa literária tenta imitar a realidade, já a narrativa histórica cria versões plausíveis, ou seja, a segunda descreve o que aconteceu já a outra o que poderia ter acontecido. Como podemos verificar, tanto o discurso historiográfico como o discurso ficcional tem como referência o real, pois partem de uma realidade, seja ela concreta ou imaginada.

No segundo capítulo intitulado “*Práticas modernas e antigas: o cotidiano das mulheres no início do século XX*” foram destacadas as práticas modernas e antigas que caracterizavam o confronto neste período de transição impulsionado pelos frutos da modernidade. Decerto, nas três primeiras décadas do século XX, surgiram profundas transformações na sociedade, entre as quais afetaram o modo de vida das mulheres e os padrões culturais até então vigente. Essas mudanças foram sentidas de diversas maneiras, entre as quais devemos apontar a entrada das mulheres no mercado de trabalho, mudanças nas relações familiares e amorosas e mudanças também no comportamento, no vestuário e na moda feminina.

Nesta perspectiva entre diversas outras, devemos apontar as obras literárias como sendo uma fonte riquíssima, para relacionar e descrever as transformações que

estavam ocorrendo na sociedade brasileira. Principalmente na literatura produzida neste contexto, ou seja, nas primeiras décadas do século XX, ocasião em que estas transformações estavam plenamente em evidência. Sendo assim, devemos apontar a nossa fonte de pesquisa o romance **A Barragem**, cuja narrativa retrata esse momento de mudanças, visíveis também no cotidiano das mulheres do sertão paraibano.

Já o terceiro capítulo “Entrelaçando similitudes de modelos reais e fictícios do feminino no sertão paraibano” foi selecionado cinco perfis femininos, entre eles o perfil da própria autora Ignez Mariz, e das personagens fictícias do romance Maria dos Remédios, dona Mariquinha, a prostituta Lina e a professora Eudocia. Símbolos da representação da realidade histórica no sertão paraibano nas primeiras décadas do século XX, caracterizando esse período de mudanças na vida das mulheres sertanejas, e compreendendo esse momento de ruptura e o diálogo entre os comportamentos modernos e antigos vivenciados naquela época.

Desta forma, Ignez Mariz através de uma história imaginária com aspectos verossímeis desenvolveu um enredo fictício onde retrata a representação da realidade sertaneja naquele momento histórico. De fato, o lugar social interfere na escrita do romance de Ignez Mariz, atitude compreensível dentro da lógica em que a ação dos sujeitos históricos, não está isolada do seu contexto sociocultural. Compreendemos também que, Ignez Mariz, não é uma mulher com um pensamento além do seu tempo, na verdade o seu romance é fruto deste momento de transição entre os antigos valores arcaicos e as novas práticas modernas.

CAPÍTULO 1

HISTÓRIA E LITERATURA: CONEXÕES E DESSEMELHANÇAS

“-E’... Você já ouviu falarem de mim em São Gonçalo?”

-Não. Por que?”

-Você mente, Ferreirinha. Tirei a limpo. Eu tenho toda certeza que você já ouviu falarem mal de mim no acampamento.

-Que me importa o que o mundo diz, Remédio, quando eu só leio no seu rosto o que você realmente é...

-Você é muito bom, Ferreirinha. Neste instantinho mesmo acabei de entender como você é bom! Diferente dos outros... Quer se casar commigo, pobre, falada, filha de administrador que já foi cassaco-flagelado...” (Ignez Mariz, 1937)

1.1 HISTÓRIA, LITERATURA E VERDADE

Podemos verificar no trecho acima, uma pequena descrição do romance, das ações e dos sentimentos dos personagens fictícios Maria dos Remédios e Ferreirinha, momento importante na narrativa romanesca de Ignez de Mariz. Sendo assim, cabe situar, que a literatura romanesca é uma forma de transposição da vida humana para uma dimensão artística imaginária. Na verdade, no romance podemos transpor nossas inquietudes pessoais ou sociais refletindo, assim, nossas angústias e sonhos, através de uma realidade mimética, ou seja, por meio da imitação histórica da realidade.

No entanto, vale ressaltar que embora a literatura romanesca desenvolva em seu quadro teórico uma imitação da realidade, ela não tem compromisso com a veridicidade, tendo como função apenas a descrição dos eventos. Contudo, é oportuno destacar que apesar das suas diferenças discursivas as narrativas históricas/literárias estão sendo envolvidas em uma relação intrínseca na construção de saberes. De fato, a História e a

Literatura estão vinculadas em um processo mútuo, onde uma serve de fonte para a outra, estão se relacionando, dando suporte para suas produções.

Todavia, nem sempre os gêneros histórico e literário entrecruzaram seus discursos com tanta liberdade até o desenrolar dessa relação amigável entre Clio e Calíope, um longo caminho precisou ser percorrido. Em certa medida, foram momentos de frustração, negação, rejeição e desentendimento, mas também de união, junção e aceitação entre esses dois campos do conhecimento. Enfim, depois de muitos encontros e desencontros entre seus campos discursivos, os gêneros histórico e literário puderam se relacionar e dialogar, mesmo diante das suas reais e possíveis diferenças.

De modo geral, devemos assinalar que os discursos históricos e literários trazem em si a narração de fatos. Neste caso, vale acrescentar que o discurso literário apenas descreve os fatos dentro do seu próprio universo fictício. Por outro lado, o discurso histórico não apenas descreve, mas tenta explicar os fatos conforme a abordagem historiográfica. Com efeito, algumas correntes historiográficas e literárias discutiram o sentido dessa relação, questionando a aporia entre a verdade e a ficção nos fatos.

Deste modo, Luiz Costa Lima (2006, p. 171) enfatiza que, “[...] antes do aparecimento da escrita da história, a veracidade épica não era propriamente questionada”. Vejamos assim o caso do poeta Homero, mesmo antes do surgimento do gênero histórico e do pensamento filosófico, criou duas obras literárias riquíssimas **Odisseia** e **Íliada**. Esses poemas épicos estavam recheados de fantasias imaginárias, onde se misturavam as ações divinas e humanas. Mas, ao mesmo tempo revelava marcas de historicidade em torno dos acontecimentos da guerra entre gregos e troianos.

Nesta mesma perspectiva, D’Onofrio (2007) argumenta que os episódios mitológicos formaram a base essencial para a construção dessas epopeias greco-romanas. Os poetas vão se utilizar das histórias míticas para construir suas obras literárias. Portanto, essas narrações míticas passaram a ser revestidas de uma veste literária. Neste contexto, podemos citar também as epopeias “reflexas” **Eneida** de Virgílio e **Os Lusíadas** de Camões. Para o autor, essas obras são “reflexas” pois são imitação das epopeias primitivas.

Nesta acepção, cabe acentuar o surgimento do gênero histórico, a partir do pensamento de Heródoto, e sua ruptura com a subjetividade presente nas epopeias clássicas da antiguidade. Além disso, o modelo narrativo expresso formalmente por Heródoto estava focado na interdisciplinaridade entre a História e a Geografia e destas com a Literatura. “Heródoto toma como pretexto as etapas das conquistas persas

para narrar às origens das guerras médicas sob a forma de uma revista geográfica dos povos conquistados [...]” (VEYNE, 1998, p. 72).

A rigor, a descrição de Heródoto se diferenciava dos poemas épicos, ele fez algumas inovações decisivas, as quais vão dar origem a historicidade. Como assinalou François Dosse (2003, p. 13) uma dessas mudanças foi a substituição do “[...] trabalho de investigação (historie) desenvolvido por um personagem até então desconhecido, o histor, que tem por tarefa retardar o desaparecimento dos traços da atividade dos homens”. Pois bem, Heródoto rompe com o caráter subjetivo apresentando marcas de objetividade, tornando-se o primeiro a relatar a narrativa pelo viés historiográfico.

Em contrapartida, Tucídides, mesmo sendo um historiador-filósofo, tentou superar o pensamento do seu mestre, ao declarar Heródoto um mitólogo. Já que segundo ele este desenvolvia narrativas históricas/ficcionais carregadas ao mesmo tempo de objetividade/subjetividade e de cunho filosófico. Com isto, “[...] Heródoto pai da história, logo, da verdade e, ao mesmo tempo, pai de mentiras” (DOSSE, 2003, p. 19). De fato, esse contraste resultaria em uma tensão entre a ficção e o real na pesquisa histórica.

Sendo assim, definimos que para Tucídides a narrativa estava infundida de historicidade, pela busca incansável da verdade. Pesavento (2003) acentua que para este historiador existia um caráter racional na história, sendo conveniente descrever os fatos tal como sucederam. É necessário também citar o pensamento de François Dosse (2003) quando afirma que na construção da narrativa historiográfica o historiador, que segundo ele seria o “mestre da verdade” se oculta deixando os fatos falarem sem qualquer interferência subjetiva na produção do conhecimento histórico.

Na passagem da épica para Heródoto e deste para Tucídides, acentua-se a solidificação da via aporética – eu, homem, sem assistência de qualquer outro ser, digo o que me disseram ou presenciei e julgo ser verdadeiro e, com minha palavra, torno justa a ambição de escrever para os que me escutam e para os que, depois, me lerão (LIMA, 2006, p. 61)

Por conseguinte, entra em cena a historiografia positivista em oposição a historiografia filosófica. Como aponta Schaff (2000), as obras positivistas seriam puramente descritiva, sem nenhum caráter subjetivo, e portanto filosófico. Mas, para

isso, era necessário eliminar os juízos de valor, já que eles introduziriam o elemento subjetivo na ciência histórica. Assim, a função dos historiadores da corrente positivista seria apenas descrever os fatos, se isentando de atribuir qualquer tipo de juízo de valor na narração historiográfica.

Diante disso, José Carlos Reis (2004a) argumenta que na concepção positivista acredita-se que quando o sujeito se distancia do objeto obtêm-se o conhecimento histórico objetivo, cujos fatos narrados estariam impregnados de verdades concretas e absolutas sobre o real. Portanto, para os positivistas, o historiador seria imparcial e neutro, reconstruindo e descrevendo o passado “tal como se passou” por meio dos documentos. Visando, assim a objetividade na descrição histórica, não sendo de maneira nenhuma condicionado pelo seu ambiente sociocultural.

Nesta busca pela veracidade encontra-se também a corrente marxista rejeitando o materialismo filosófico almejando o materialismo histórico baseado em métodos científicos. Desta forma, tanto os historiadores positivistas quanto os historiadores marxistas acreditavam e defendiam a concepção da história ciência. Porém, o elemento diferenciador entre a visão positivista e marxista consistia na percepção do objeto. Ou seja, para os positivistas o objeto histórico seria as elites políticas, já para os marxistas o objeto histórico estaria na dialética social, nas contradições do viver.

A história científica, portanto, seria produzida por um sujeito que se neutraliza enquanto sujeito para fazer aparecer o seu objeto. Ele evitará a construção de hipóteses, procurará manter a neutralidade axiológica e epistemológica, isto é, não julgará e não problematizará o real. Os fatos falam por si e o que pensa o historiador a seu respeito é irrelevante (REIS, 2004a, p. 18).

Faz-se necessário salientar que, a crítica histórica passou a rejeitar a ideologia filosófica, recusando seus modelos literários e metafísicos. Por conseguinte, os gêneros históricos e literários até então indiferenciados passaram a se distinguir historicamente. Assim, a história adquire uma categoria profissional tendo como referência o método científico, dotado de regras próprias e específicas. Portanto, a escrita histórica fugia da literalidade e aproximava-se da cientificidade.

Entendemos, que a história se torna autônoma, enquanto disciplina acadêmica ao desvincular completamente da literatura, e conseqüentemente do seu plano subjetivo/filosófico. “A profissionalização caminha lado a lado com um novo sistema

de valores que coloca em primeiro plano a pesquisa da verdade, a reivindicação da objetividade” (DOSSE, 2003, p. 39). A nosso ver o gênero histórico teve como origem a ruptura com o gênero literário, cuja cisão demandava uma busca pela verdade.

Desta mesma forma, a literatura também sofreu um processo de desmembramento do campo histórico. Assim, “[...] a noção de literatura e o que ela designa se constituiu progressivamente e só se afirmou realmente na segunda metade do século XIX” (REUTER, 2004, p. 6). Ou seja, o gênero literário foi se profissionalizando e ganhado notoriedade se constituindo como um produto artístico dando ênfase para as lutas sociais e existências permeadas de aspirações e desejos humanos.

Todavia, na visão de Reis (2004a), embora os historiadores positivistas recusem a história subjetiva/filosófica, atestando sua cientificidade, mesmo não admitindo, suas obras não podem desvincular do “fundo filosófico”. A literalidade está presente nas obras históricas, pois os sujeitos humanos não podem deixar de ser parciais. Além disso, as escolhas dos historiadores passam pelo crivo da subjetividade, pois toda descrição é seletiva, sendo impossível historiar uma totalidade.

Nesta mesma perspectiva Paul Veyne (1998, p. 127) afirma que, a descrição histórica não é uma ciência e não tem método, “A história é uma arte que supõe a aprendizagem de uma experiência”. Pois as experiências humanas do viver são múltiplas não podendo ser definidas apenas por regras plurais e universais comuns a todos os sujeitos. Assim, entendemos, que a história é uma modalidade discursiva que além de estabelecer uma verdade tenta explicar através de uma trama como os fatos que se sucederam.

1.2 HISTÓRIA, LITERATURA E VEROSSIMILHANÇA

É oportuno salientar que paralelamente as discussões historiográficas acerca da cientificidade histórica existia um movimento questionando o princípio da literalidade nos processos narrativos. Assim, no início do século XIX surgia a corrente Romântica para se opor ao movimento Iluminista com predomínio da sensibilidade sobre a razão. Já em meados desse mesmo século surgia o Realismo movimento literário contrário ao Romantismo, cuja doutrina defendia a expressão da realidade. Infensa a essa corrente temos o Naturalismo cuja ideologia se opõe completamente a princípios reais, tendo por base a cientificidade.

Dentre as narrativas literárias, podemos destacar o romance, gênero ficcionista que expõe a descrição de uma história fantasiosa e muitas das vezes exagerada. Por sua vez, os romances se dividem em diversas categorias: sentimental, policial, erótico, de aventura, de terror, psicológico, autobiográfico, histórico dentre outros. Portanto, no nosso caso particularmente vamos nos deter na análise e discussão do romance **A Barragem** da escritora sousense Ignez Mariz nos capítulos que se sucedem.

Durante um longo tempo a narrativa romanesca esteve relegada a um segundo plano do saber literário. Conforme os argumentos de Reuter (2004), o romance não era respeitado com legitimidade, considerado imoral, desprovido de regras, inverossímil, ou seja, completamente inacreditável. Além disso, o romance estava associado a ideia de “aventuras anormais”, as quais desfigurava os fatos reais. Todavia, especificamente no século XX o romance constituiu-se como forma literária predominante e aceita em todas as instâncias culturais, caracterizada como expressão de uma possível realidade.

Assim, o romance alcança progressivamente a categoria literária de gênero dominante. “Ele se desfaz de sua imagem de inverossimilhança para se colocar como avalista do realismo, colaborador da visão científica e mesmo como instrumento do conhecimento” (REUTER, 2004, p. 11). Dessa forma, o romance passou a elencar vários sentidos na sua trama fictícia (explicar, informar e argumentar), tendo a performance não apenas narrativa, mas também a função de instruir o público leitor.

Na perspectiva de D’Onofrio (2007, p. 101) a narrativa romanesca enriqueceu suas tramas imaginárias com atributos de caráter humano. Cujo processo de transformação ocorreu por meio da “[...] reflexão histórica, o ensaio filosófico, a descoberta científica, o pensamento político, a introspecção psicológica, a revolução ética, a renovação linguística”. Ora, todos esses fatores aliados as transformações (econômicas, sociais, técnicas e demográficas) símbolos da modernidade, contribuíram para legitimar o romance como gênero narrativo expressivo. Acrescenta-se também a ampliação e diversificação do público leitor impulsionado pelo progresso da instrução e da alfabetização.

É importante ressaltar que, a natureza da narrativa literária é envolvida por relações subjetivas contendo diversos sentidos. A subjetividade literária envolve tanto os autores, quanto os leitores, pois no momento de criação “[...] as estruturas linguísticas, sociais e ideológicas fornecem ao artista o material sobre o qual ele constrói o seu mundo de imaginação” (D’ONOFRIO, 2007, p. 22). Como também,

resulta em um produto completamente subjetivo dando ênfase a várias (re)interpretações conforme a perspectiva e o olhar de cada leitor.

Da mesma forma, podemos verificar o caráter subjetivo na narrativa histórica, mesmo tendo por base uma natureza epistemológica, não consegue desvincular da subjetividade. O historiador Paul Veyne (1998) coaduna com esse pensamento ao afirmar que o historicismo inferiu que a História seria uma ciência subjetiva. Com efeito, ela resultaria em uma projeção dos nossos valores e das nossas indagações, de acordo com as nossas vivências, assim o conhecimento histórico só seria científico pela metade.

Deste ponto de vista, o historiador Adam Schaff (2000) compartilha dessa ideia ao certificar que a produção do conhecimento histórico seria ao mesmo tempo subjetivo/objetivo. Pois bem, a ciência história é objetiva quando se refere a um objeto em um quadro específico, mesmo sabendo que a objetividade pura é uma irrealidade. Em contrapartida a subjetividade filosófica é inclusa no conhecimento científico por meio das experiências de vida, e do papel ativo do sujeito histórico no processo cognitivo.

O homem, estando ele próprio dentro da historicidade, levaria à história um interesse particular, e sua relação com o conhecimento histórico seria mais estreita do que com qualquer outro saber; o objeto e o sujeito do cognoscente seriam dificilmente separáveis: nossa visão do passado exprimiria nossa situação presente e nós nos pintaríamos ao pintar nossa história [...] (VEYNE, 1998, p. 67)

Neste caso, podemos destacar que as escolhas historiográficas, a seleção dos fatos históricos bem como a ação do sujeito são permeadas de subjetividade. Anote-se que são condicionados por vários fatores: sociais, culturais, biológicos, psicossomáticos etc. Portanto, esses condicionamentos sociais “[...] introduz[em] no conhecimento elementos de subjectividade diversos: preconceitos, opiniões preconcebidas e fobias [...]” (SCHAFF, 2000, p. 239). Ao nosso ver, as determinações sociais que caracterizam os fatores subjetivos, são completamente inevitáveis no processo do conhecimento.

Torna-se necessário apontar alguns elementos evidenciados no romance, para historiar com mais clareza a influência da realidade no discurso literário. Portanto, os principais aspectos visíveis na narrativa romanceada que estabelece uma identificação entre a ficção e a realidade. São os diversos tipos sociais, as condições de vida e de

trabalho dos sujeitos, indicações de tempo e lugar, além de cruzar-se mutuamente personagens reais e ficcionais no enredo. Todos esses aspectos concatenados ou separados produzem um efeito verossímil na narrativa ficcional.

Partindo dessa compreensão, Salvatore D’Onofrio (2007) comenta que por meio das características físicas dos personagens é possível visualizar na narrativa seus episódios descritivos. Ou seja, através dos atributos físicos dos personagens podemos compreender as condições sociais dos sujeitos, “[...] milhares de homens, ou melhor, semi-homens, a quem a sêcca de 32 roubou quase totalmente a força do corpo, deixando-lhes apenas restos de energia moral” (MARIZ, 1994, p. 5).

Nestas circunstâncias, as transformações dos personagens ao longo da narrativa romanesca, seja de forma positiva ou negativa, cria na sua estrutura impressões de uma realidade concreta. Além disso, os valores constituem como um aspecto relevante que impõe marcas reais no gênero literário. Sendo assim, os valores são conquistas que os sujeitos desejam ardentemente como “[...] a sabedoria, a instrução, o amor, o dinheiro” (REUTER, 2004, p. 144). Portanto, os chamados valores motivam as ações dos personagens, os quais são classificados em diversos grupos.

Diante disso, podemos citar um trecho da obra de Ignez Mariz destacando o caso particular do personagem Zé Mariano. Este passa por um processo de transformação ascendendo socialmente, de simples trabalhador para o posto de administrador. Com isso, entende-se que os valores motivadores das ações desse personagem seria a busca insistente pela instrução, resultando em uma certa melhoria das condições de vida pessoais e familiares.

– Chegou analphabete completo em São Gonçalo, em 32. Nem A B C elle sabia!

– E hoje, por que é que eu sou administrador? Força de vontade, senhores! Dei o primeiro a um professor particular, dei o segundo e terceiro na aula nocturna, e hoje vou torando o quarto livro de Felisberto de Carvalho! E eu não era mais donzello quando cheguei aqui o que! 45 annos, si me fazem favor! E a meninada também... (MARIZ, 1994, p. 237)

Dentro desse contexto, cabe também frisar que os tipos sociais constituem como mais um aspecto que impregna sensações de realidade no discurso literário. Na verdade, as duras realidades das condições cotidianas caracterizam a existência dos personagens na narrativa romanesca. Como decorreu Ignez Mariz (1994, p. 55) em seu romance

sobre as injustiças sociais e as misérias humanas. “Durante trez horas elles dissertam sobre a suja chronica da terra ou ruminam as misérias de suas vidas de pobres, como si isto lhes trouxesse um pouquinho mais da cousa difficil que é a felicidade”.

Sendo assim, na visão de Reuter (2004) um dos aspectos que aparecem com bastante frequência no romance são as personagens “referenciais” entrecruzando em meio as personagens fictícias. Para exemplificar podemos citar a obra em estudo **A Barragem**, onde a autora através da fala de Zé Mariano (personagem irreal) menciona personagens que realmente existiram: “João Pessoa matou o cangaceirismo na Parahyba. José Americo de Almeida desprestigiou a Sêcca. Os dois males maiores que minavam a nossa vida economica, desapareceram” (MARIZ, 1994, p. 321). Ou seja, essa mistura entre personagens ficcionais e reais proporciona o efeito da verossimilhança no romance.

Tudo é novidade para a menina de pé de serra que é Maria dos Remédios.

Assombra-a essa Campina Grande com o seu geitão de capital, sem ser.

Chamam-na “Princêsa da Borborema” e uma porção mais de cousas poéticas. Podemos dizer, também, que Campina é o maior empório de exportação de algodão da America do Sul. Aquelle hotel fervilhando de gente começa a interessar Remedio. E’ verdade que queria muito vir. Mas, nunca se separou de sua mãe. E só em se lembrar disso vinham-lhe as lagrimas (MARIZ, 1994, p. 83).

Neste mesmo sentido, as indicações temporais e espaciais (lugares, horas e datas) também contribui para caracterizar o texto literário sob a impressão do real. Como bem explicita Salvatore D’Onofrio (2007, p. 82), “[...] as informações temporais e espaciais têm o papel de enraizar a ficção na realidade [...]”, projetando uma semelhança verdadeira na narrativa ficcional. Cabe-nos, portanto, citar um fragmento do romance **A Barragem** da escritora sousense Ignez Mariz, ao fazer referência a cidade de Campina Grande localizada no estado paraibano como uma característica espacial, como pode ser visto no trecho acima.

1.3 O VEROSSÍMIL E O HISTÓRICO: APROXIMAÇÕES E DISTANCIAMENTOS

Antes de mais nada é importante ressaltar que o distanciamento mais visível entre a História e a Literatura é representado pelas diferenças discursivas. No geral os gêneros históricos e literários são moldados por normas e regras específicas, seguindo as ordens básicas dos seus discursos. Enquanto que a função dos historiadores é selecionar e explicar os fatos dentro de uma narrativa descritiva, aos escritores cabe a função de inventar acontecimentos e projetá-los dentro de uma trama fictícia. Assinalemos, portanto as principais características que dista o nexo entre o verossímil e o histórico.

Inicialmente, podemos frisar que o discurso histórico tem por finalidade narrar os acontecimentos do passado, fazendo-os sair da invisibilidade ao recriar formas de representação de um universo até então oculto. É por isso que o historiador Durval Muniz de Albuquerque Jr, explica que a história é uma narrativa que “[...] desconfia das sombras, que busca esclarecer e aclarar, que busca tornar visíveis os seres que ontem não passavam de sombras na caverna” (2007, p. 47). De fato, a história apresenta na sua base estrutural informações racionalizadas, explicando os valores por traz das ações dos sujeitos.

Em contrapartida, vale destacar algumas questões pertinentes do discurso ficcional, cujo gênero faz parte da ciência literária. Justamente por ser uma arte fictícia “[...] a literatura é antes de mais nada um produto artístico, destinado a agradar e a comover [...]” (SEVCENKO, p. 2003, p. 29). A literatura é um produto da imaginação e da fantasia, as informações expostas nos seus discursos não são racionalizadas. Pelo contrário traz em si marcas personificadas das vivências humanas recheadas de sentimentos, afetos e sensações.

Neste contexto, cabe também destacar que o discurso historiográfico tem por obrigação enveredar uma narrativa sucinta de acontecimentos verídicos. Pois, a história não é ficção ela é um relato de um fato real, trata-se de “[...] uma urdidura discursiva de ações encadeadas que, por meio da linguagem e de artifícios retóricos, constrói significados no tempo” (PESAVENTO, 2003, p. 33). Dessa forma, a narrativa histórica visa criar formas de representações do passado, respondendo aos questionamentos do presente dos homens sobre o mundo.

Entretanto, o discurso literário não almeja a verdade, sendo essencialmente movido pela imaginação pela exaltação das emoções, sem preocupação alguma com a veridicidade. Assim, podemos compreender que as obras literárias resultam de anseios humanos, portanto a sua construção está firmada em regras fantasiadas e não na

realidade. Para a literatura a realidade não tem importância, gênero puramente imaginativo, cuja trama fictícia descreve personagens que apenas vivem suas misérias, conflitos, (des) amores, etc.

A rigor a ficcionalidade literária não tem nenhum compromisso com a veracidade, ou seja, não deseja e nem busca a verdade. “A ficção procura a verdade de modo oblíquo [...] sem respeitar o que, para o historiador, se distingue como claro ou escuro” (LIMA, 2006, p. 156). Assim, a “verdade literária” se apresenta de forma astuciosa, polissêmica e ambígua, cujas informações precisamente não precisam ser verídicas, dando ênfase a várias interpretações reais ou fantasiadas.

Desta maneira, é importante ressaltar que a “verdade literária” tem a função de mimese, ou seja, uma imitação da realidade. Mesmo as obras literárias não sendo uma narrativa descrita sob efeito do real “[...] possui a equivalência da verdade, a verossimilhança, que é a característica indicadora do poder ser, do poder acontecer” (D’ONOFRIO, 2007, p. 22). Pois bem, a narrativa literária não é verdadeira, porque tem como origem a imaginação, mas é verossímil, pois inspira-se na realidade.

Todavia, na ótica de Ives Reuter (2004), a descrição literária pode produzir ou não a representação do real, porém a maioria das obras literárias desenvolve na sua construção a verossimilidade. O autor também acrescenta que a ilusão da função de mimese no gênero literário não é natural, pelo contrário resulta de uma construção bem articulada, cujo propósito seria produzir o efeito do real. Desde modo, essa imitação da realidade tem justamente como preocupação a verossimilhança, embora a produção literária não tenha nenhum compromisso com a verdade.

A literatura cria o seu próprio universo, semanticamente autônomo em relação ao mundo em que vive o autor, com seres ficcionais, seu ambiente imaginário, seu código ideológico, sua própria verdade: pessoas metamorfoseadas em animais, animais que falam a linguagem humana, tapetes voadores, cidades fantásticas, amores incríveis, situações paradoxais, sentimentos contraditórios etc. Mesmo a literatura mais realista é fruto de imaginação, pois o caráter ficcional é uma prerrogativa indeclinável da obra literária (D’ONOFRIO, 2007, p. 22)

Por outro lado, ao elaborar a narrativa histórica sobre o passado, o historiador almeja atingir a veracidade. Mesmo sabendo, que jamais alcançará a verdade absoluta, ele deseja ardentemente essa verdade. Para o especialista em história “[...] a beleza não lhe interessa a raridade, tampouco. Só a verdade” (VEYNE, 1998, p. 23). Portanto, a

meta do historiador seria justamente essa busca incansável pela verdade, assim ele anseia que os seus relatos historiográficos estejam em conformidade com a realidade.

Partindo desta percepção, cabe salientar o pensamento de Adam Schaff (2000), pois para ele a “verdade histórica” puramente objetiva não existe. De fato, a verdade científica representa apenas uma proposta de uma verdade dentre diversas outras possíveis, as quais também poderia significar conhecimento verdadeiro. Por certo, a cientificidade histórica só atinge a verdade relativamente objetiva, isto é uma verdade que varia conforme as escolhas dos fatos, bem como sobre o olhar criterioso do historiador.

Neste sentido, Luiz Costa e Lima (2006, p. 65) coaduna com esta mesma opinião e afirma que “[...] a verdade que a escrita da história demanda é sempre porosa [...]”. Com efeito, a realidade histórica não representa uma espessura finíssima onde todos os acontecimentos fossem fielmente descritos. Pelo contrário, a escrita da história está envolta de fissuras, sejam elas visíveis ou não reveladas, ou seja, a verdade histórica sempre tem um lado que ainda não foi indagado o qual permanece em silêncio absoluto.

Assim, podemos inferir que ao elaborar a narrativa histórica o historiador está atingido não à veracidade, mas está construindo “[...] uma versão plausível, possível, verossímil de fato, com foros ou efeito de verdade” (PESAVENTO, 2003, p. 37). Pois bem, embora o discurso historiográfico não tenha a função de mimese, o conhecimento histórico não pode desprender completamente dos fatos que poderia ter acontecido de outra maneira, e portanto com outra realidade histórica.

Destas acepções, devemos anotar que enquanto a narrativa histórica é movida exclusivamente pela busca incansável da verdade, a principal preocupação da narrativa literária reside na ficcionalidade, cujo discurso baseia-se na imaginação. “Ocupa-se portanto o historiador da realidade, enquanto o escritor é atraído pela possibilidade” (SEVCENKO, p. 2003, p. 30). Sob estes aspectos, podemos visualizar um distanciamento crucial entre a perspectiva histórica e a literária.

Não é o ofício do poeta narrar o que realmente acontece; é, sim, o de representar o que poderia acontecer, que dizer: o que é possível e verossímil. Com efeito, não diferem o historiador e o poeta, por escreverem em verso ou em prosa [...] diferem sim, em que diz um as coisas que sucederam, e o outro as poderiam suceder (ARISTÓTELES apud D’ONOFRIO, 2007, p. 125)

A partir desta reflexão, podemos inferir que apesar das narrativas históricas e literárias representarem formas discursivas distintas, o gênero histórico e o verossímil estão muito próximos. De fato, ambos os discursos tem por finalidade revelar e construir um enredo, seja através da descrição de acontecimentos reais, ou por meio da descrição de uma invenção imaginativa. Além disso, como aponta Pesavento (2003, p. 33) a História e a Literatura são “[...] modalidades discursivas que tem sempre como referência o real, mesmo que seja para negá-lo, ultrapassá-lo ou transfigurá-lo”.

Como podemos verificar, tanto o discurso historiográfico como o discurso ficcional tem como referência o real, pois ambos partem de uma realidade, seja ela concreta ou imaginada. Cabe situar, portanto, que a narrativa literária tenta imitar a realidade, já a narrativa história cria versões plausíveis, ou seja, a segunda descreve o que aconteceu já a outra o que poderia ter acontecido. Sendo assim, devemos deduzir que tanto a descrição histórica, quanto a descrição literária/ficcional alcança apenas a verossimilhança nas suas modalidades discursivas.

Em outras palavras, as narrativas histórico-literárias se desenvolveram mantendo uma relação muitas das vezes contraditória entre si. Com efeito, o verossímil e o histórico estavam em constante envolvimento, alguns momentos se aproximavam noutros se distanciavam. Algumas vezes os gêneros (histórico-literários) caminhavam juntos, já em outros instantes a negação de um seria a afirmação do outro, enquanto produção de saberes, para que pudessem fugir da literalidade atingindo a cientificidade.

1.4 LITERATURA FONTE PARA A ESCRITA DA HISTÓRIA DAS MULHERES

Neste trabalho queremos atentar para o pensamento historiográfico renovador proporcionado pela Escola dos Annales nas primeiras décadas do século XX. Pois bem, a chamada Escola dos Annales inicialmente desponta como uma crítica a Escola Metódica, questionando sua visão acerca das fontes documentais. A ênfase nas regras metodológicas objetivavam gerar a verdade absoluta ao relatar e transcrever o passado de maneira fidedigna em suas produções históricas.

Em tal perspectiva, José Carlos Reis (2004b, p. 97), acentua que o movimento historiográfico da chamada Escola dos Annales construiu sua base ideológica ao conceituar a história, não como uma ciência, mas como um “estudo cientificamente conduzido”. Portanto, para este historiador ao abandonar a “história global” e a “história

geral” a corrente dos Annales em sua terceira fase não acreditava mais na história científica, estudando e problematizando não mais o “todo”, mais “tudo”, tornando assim a história massiva, por meio da proposta da história-problema.

Cabe-nos destacar que a chamada Escola dos Annales introduziu novos procedimentos necessários na pesquisa histórica. De modo geral, o processo histórico desenvolveu e construiu alianças amigáveis com as mais diversas áreas do conhecimento: Sociologia, Geografia, Psicologia, Economia, Antropologia, Literatura entre outras. Portanto, por meio da interdisciplinaridade o historiador atravessou os seus limites metodológicos rompendo assim, com as fronteiras de natureza epistemológica entre os mais variados tipos de saberes.

Deste modo, o campo de pesquisa do historiador foi ampliado de maneira surpreendente, através da ascendência da História Cultural, do Cotidiano, da Sexualidade, entre diversas outras. Em função disso, as fontes de pesquisa também foram ampliadas, bem como a noção do objeto histórico ao submeter-se a novas técnicas de análises e problematizações documentais, essenciais para a escrita da história. Como podemos verificar na fala de Reis (2004b, p. 105):

Para realizar essa “história-literatura provada”, os colaboradores dos Annales desde 1929 aumentaram muito o campo das fontes históricas e sofisticaram as técnicas de análise de suas fontes. Foram engenhosos para inventar, reinventar ou reciclar as fontes, utilizaram escritos de todo tipo, documentos psicológicos, arqueológicos, orais, estatísticos, plásticos, musicais, literários, poéticos, religiosos.

Deste ponto de vista, podemos assinalar o pensamento de Ronaldo Vainfas (1997), pois afirma que esses novos campos de pesquisa, em especial a Nova História Cultural e a História das Mentalidades demonstra especial apreço pelas manifestações populares, pelas massas anônimas. De fato, as expressões culturais das elites não são completamente descartadas, todavia a narrativa histórica se debruça, sobretudo pelo informal, pelo popular, dando destaque e atenção ao cotidiano de pessoas comuns.

Neste sentido, o relato histórico passou a incluir nas suas temáticas diversos grupos sociais que até então eram excluídos da história. Como é o caso, por exemplo, das mulheres, das crianças, dos loucos, dos negros, dos operários, dos camponeses, etc. Com efeito, esta nova corrente historiográfica buscou desprender de “[...] idealidades

abstratas, preferindo voltar-se para a história de seres vivos, concretos, e a trama de seu cotidiano, em vez de se ater a uma racionalidade universal” (SOIHET, 1997, p. 276).

Desta forma, podemos anotar que essa reviravolta no campo historiográfico foi necessária para desenvolver os estudos sobre as mulheres. Como aponta Michelle Perrot² (2008, p. 16) “as mulheres ficaram muito tempo fora desse relato, como se, destinada à obscuridade de uma inenarrável reprodução, estivessem fora do tempo, ou pelo menos, fora do acontecimento. Confinadas no silêncio de um mar abissal”. Por certo, para as mulheres estava reservado o espaço privado, cujo relato não era interessante, sendo invisíveis na narrativa historiográfica.

No entanto, podemos afirmar que com a ampliação das fontes históricas e por conseguinte dos objetos, surge uma imensidade de fontes possíveis para escrita da história das mulheres. Dentre as quais podemos destacar as obras literárias, ou seja, a Literatura se apresenta como uma fonte importantíssima para relatar as vivências e práticas femininas. Ora, mas nem sempre foi assim, por um longo período os textos literários permaneceram excluídos do discurso historiográfico, pois não poderia atestar uma verdade histórica, já que estavam carregado de subjetividade.

A historiografia levou algum tempo para admitir que a literatura pudesse contribuir para o conhecimento das experiências individuais e coletivas de homens e mulheres no tempo. Foi preciso compreender que a história também comportava dimensões subjetivas, imaginárias, oníricas e ficcionais, tão importantes quanto os acontecimentos políticos, sociais e econômicos (FERREIRA, 2009, p. 84-85).

Sendo assim, a Literatura se torna uma fonte fundamental na escrita da história das mulheres, justamente por ser rica em aspectos subjetivos com um universo plurissignificativo. Além disso, “[...] a literatura diz muito mais do que outra marca ou registro do passado. Ela fala do invisível, do imperceptível do apenas entrevisto na realidade da vida [...]” (PESAVENTO, 2003, p. 40). Pois bem, as obras literárias através do efeito verossímil registram marcas do passado por meio dos traços de sensibilidade do imaginário sociocultural.

² Michelle Perrot pertence a Escola de Frankfurt (marxistas com uma linguagem cultural muito forte)

Como afirma Celso Antônio Ferreira (2009), o gênero literário nos últimos anos passou a ser uma fonte muito útil no discurso historiográfico, ao propiciar múltiplas leituras. Evidentemente por ser a Literatura plurissignificativa tem a capacidade de enunciar os conceitos e revelar os valores sociais de um determinado universo cultural. Portanto, os textos literários vão além dos dados da realidade eles são capazes de evidenciar diversas experiências humanas.

Contudo, devemos frisar que esse alargamento das fontes só foi possível, por causa de uma mudança significativa relacionada ao conceito de fonte histórica. Posto que o campo investigativo do historiador passou a vislumbrar e abarcar os mais diversos e variados tipos de experiências humanas. Ou seja, “[...] a busca do historiador seria guiada por tudo o que fosse humano [...]” (KARNAL & TATSCH, 2009, p. 14). Caso contrário, essas novas fontes bem como esses novos objetos permaneceriam invisíveis nas narrativas historiográficas.

Neste contexto, podemos entender que os documentos históricos são também uma elaboração do historiador. Pois, como sujeito histórico “[...] não pode desvencilhar-se de si mesmo, de suas características e interesses e sempre terá uma interpretação subjetiva do mundo” (FUNARI, 2010, p. 89). Sendo assim, as fontes tornam-se documentos de acordo com interesse do historiador, os quais faz sair da invisibilidade ao atribuir-lhes uma certa importância histórica.

Noutras palavras, o pensamento renovador da corrente historiográfica dos Annales diversificou o campo de pesquisa do historiador ao interdisciplinar diversas áreas do conhecimento. De tal forma que o conceito de fonte histórica foi inteiramente modificado ao abranger e vislumbrar as múltiplas experiências humanas. Diante disso, devemos destacar que vários grupos sociais foram inclusos no discurso histórico, entre os quais podemos apontar o estudo sobre as mulheres.

Portanto, com a pluralização dos objetos de pesquisa as mulheres passaram a ser tanto objeto, quanto sujeito da história. E entre tantas fontes possíveis podemos destacar as obras literárias, cuja tramas ficcionais são essenciais para obter o relato das vivências e práticas humanas fixadas em uma determinada realidade histórica. Com efeito, devemos anotar que todos esses fatores foram extremamente fundamentais para o desenvolvimento da escrita da história não apenas das mulheres, mas também dos homens ao longo do tempo.

CAPÍTULO 2

PRÁTICAS MODERNAS E ANTIGAS: O COTIDIANO DAS MULHERES NO INÍCIO DO SÉCULO XX

“SÃO GONÇALO possuía água encanada, luz, saneamento.

Souza olhava com os grandes olhos vermelhos dos seus lampeões de Kerosene a aureola dourada da iluminação eléctrica do povoado. O acampamento projectava-a no céu com a arrogância petulante de um desafio.

Alli, a dezoito kilometros, palpitava toda uma vida intensa de trabalho dynamico.

E nós, souzenses, nem por lhe sentirmos tão de perto o calor e as pulsações, ou talvez por isro mesmo, continuávamos, mais imersos do que nunca, na noite trevosa do passado” (Ignez Mariz, 1937)

2.1 OS SIGNOS MODERNOS E A PLURALIDADE DO TRABALHO FEMININO

Como podemos observar no trecho acima o povoado de São Gonçalo localizado a dezoito quilômetros da cidade de Sousa no sertão paraibano, estava vivenciando os frutos da modernidade. Pois bem, esta modernidade era materializada por meio da luz elétrica, água encanada, saneamento, além do melhoramento das estradas e da construção e ampliação de açudes. Historicamente neste momento a sociedade brasileira estava passando por profundas transformações políticas, econômicas e sociais em todos os sentidos, cujos reflexos poderiam ser vistos também no sertão paraibano.

Deste modo, a modernidade³ passou a abranger as mais diversas esferas da sociedade ao passar pelas novas invenções modernas até as revoluções nos costumes resultantes do progresso civilizatório. Sendo assim, cabe-nos destacar que os planos de modernização atingiram também a vida das mulheres brasileiras ao intensificar as transformações reforçando novos modelos femininos. Por conseguinte, essas mudanças

³ “O termo moderno já era empregado há muito tempo. No baixo latim, o moderno tinha o sentido de “recente” e o antigo, de “passado”, e isto vai prolongar-se na Idade Média. O moderno era usado para designar o que era antigo, ou seja, “o presente novo”. Essa idéia vai se firmar no século XVI com a periodização da história – Antiga, Medieval e Moderna – que é quando o moderno definitivamente significar o presente, o novo” ver MARIANO, 1999, p. 6

nos costumes, também são visíveis nas práticas cotidianas das mulheres do sertão paraibano, apesar de ainda persistirem antigos modelos femininos.

Nesta perspectiva entre diversas outras, devemos apontar as obras literárias como sendo uma fonte riquíssima, para relacionar e descrever as transformações que estavam ocorrendo na sociedade brasileira. Principalmente na literatura produzida neste contexto, ou seja, nas primeiras décadas do século XX, ocasião em que estas transformações estavam plenamente em evidência. No nosso caso, particularmente daremos ênfase para as mudanças que estavam sucedendo-se na vidas das mulheres, tendo como fonte de pesquisa o romance **A Barragem** da escritora paraibana Ignez Mariz.

A rigor, este romance se apresenta como uma obra literária fundamental e necessária na história da Paraíba, mais precisamente na história das mulheres paraibanas. De fato, como foi discutido no capítulo anterior as narrativas literárias trazem em seu discurso marcas de historicidade, mesmo sendo essencialmente movidas pela imaginação, sem preocupação alguma com a verdade. Portanto, nesta obra entre diversos assuntos Ignez Mariz destaca as vivências cotidianas do feminino no sertão paraibano, bem como as práticas modernas e antigas caracterizando o confronto neste período de transição impulsionada pela modernidade.

Entramos, assim, em uma questão essencial que caracteriza esse período de mudanças, ou seja, a entrada das mulheres no mercado de trabalho ao romper com as antigas restrições que limitavam o seu acesso a esfera pública. Todavia essa mudança não significou uma realidade entre todas as mulheres, mas principalmente para aquelas pertencentes aos segmentos baixos ou médios da sociedade. Além disso, a entrada das mulheres no mercado de trabalho não ocorreu efetivamente em todos os lugares e nem existiu da mesma maneira, pelo contrário cada região contou com suas particularidades.

Desta forma, podemos tomar como exemplo a obra em estudo, onde Ignez Mariz nas linhas e entrelinhas do romance enfatiza a participação das mulheres no mercado de trabalho por meio das personagens “tia Julita” e das “primas Amélia e Carminha” ambas residentes na capital pernambucana, Recife. Em virtude disso, podemos perceber na narrativa que estas mulheres recebiam salários, gozavam de certas prerrogativas, tinham mais liberdade e poder de decisão. Diferentemente desta realidade, neste mesmo período quase todas as mulheres do sertão paraibano viviam na dependência masculina, seja do pai ou marido, caracterizando assim um paralelo entre as práticas modernas e antigas.

- Já que não é possível vocês irem, espero que deixem ao menos Remédio ir comigo, continua João com ares de advogado. Passa um tempo lá mais a gente, se desarrando com as meninas, que, aqui pra nós, são umas prazianas perfeitas. Póde até tirar o curso de corte e vir ganhar dinheiro aqui, que esse negocio de moça viver na corcunda do pae, já cahiu da moda, as minhas uma é empregada numa livraria e a outra é “caixa” de uma perfumaria. Sim senhor! Quem havia de dizer, hein? As matutinhas do Chabocão... (MARIZ, 1996, p. 69)

De modo geral cabe ressaltar que a modernização e a industrialização se constitui como um processo caracterizador, que marca a inserção das mulheres no mercado de trabalho. Portanto, com o desenvolvimento industrial as mulheres foram sendo aos poucos incorporadas ao modo de trabalho fabril (fábricas), pois o sistema capitalista requer produtividade econômica sendo muito competitivo, necessitando assim de uma grande quantidade de mão de obra. Diante deste quadro, as mulheres pobres adentraram no mundo do trabalho, passando a contribuir com as despesas familiares, mesmo ganhando salários insignificantes.

Neste mesmo sentido, podemos destacar que as Guerras Mundiais também foram fatores importantes para a inserção das mulheres no mercado de trabalho. Na visão de Michelle Perrot (2008, p. 113) “principalmente a de 1914-1918, que esvaziou o campo de seus jovens e transferiu uma parte de suas tarefas e de seus poderes para as mulheres: elas aprendem a lavrar a terra, gesto viril, e a gerenciar seu negócio”. Com efeito, a inserção das mulheres na esfera pública foi tão intensa, que mesmo com o fim das guerras e retorno dos homens aos seus postos de trabalho, muitas mulheres optaram por não voltar para o mundo doméstico.

Além disso, com a industrialização e o surgimento das fábricas, os trabalhadores são separados do produto do seu trabalho, o mundo do trabalho se divide do mundo doméstico, divisão social do trabalho. A partir deste momento homens e mulheres passaram a viver em mundos divididos, com a segregação entre o espaço público e o espaço privado. Na verdade, novas relações sociais foram formadas, tendo como ponto de partida a divisão das esferas públicas e privadas, baseando-se nas diferenças sexuais homens na esfera de produção e as mulheres na esfera de reprodução.

A partir da consolidação do capitalismo, existe a ideia de que ocorre uma divisão entre as esferas públicas e privadas, sendo que a esfera privada é considerada como o lugar próprio das mulheres, do

doméstico, da subjetividade, do cuidado. A esfera pública é considerada como o espaço dos homens, dos iguais, da liberdade, do direito (FARIA & NOBRE, 1997, p. 11)

Diante desta separação, os homens assumiram tanto a liderança no grupo familiar, como também o controle dos mecanismos públicos, da produção, e principalmente o comando da arena política. Por outro lado, as mulheres por causa da capacidade reprodutora, passaram a ser estigmatizadas de frágeis e incapazes, e por essa razão, elas assumiram os controles dos mecanismos privados. Assim, para Mary Del Priore (1997, p. 268), os homens estão vinculados “[...] a esfera de produção, da vida pública e os constituindo em “chefes de família”, e fixando as mulheres a esfera doméstica enquanto mães de família”.

Sendo assim, Michelle Perrot (1988) aponta que dentro da sociedade capitalista existia uma divisão racional onde homens e mulheres teriam funções, tarefas e espaços diferenciados e determinados, inclusive até nos mínimos detalhes. De fato, esta fronteira entre os espaços masculinos e femininos, nem sempre existiu desta maneira, pelo contrário ela foi se constituindo ao longo do tempo. Observe-se ainda que, essa separação não era homogênea, esse modelo onde os homens pertenciam ao espaço público e as mulheres o espaço privado nunca existiu de verdade.

Apenas, uma pequena minoria das mulheres puderam viver essa realidade, ou seja, somente as mulheres das camadas sociais mais abastadas foram afastadas das atividades produtivas. “Eram treinadas para desempenhar o papel de mãe e as chamadas “prendas domésticas” – orientar os filhos, fazer ou mandar fazer a cozinha, costurar e bordar” (FALCI, 2011, p. 249). Para estas mulheres da elite suas atividades estavam restritas ao espaço doméstico, cabendo-lhes a função de esposa e dona de casa, já os homens eram responsáveis pela manutenção da ordem familiar.

Não obstante, entre as camadas empobrecidas a participação das mulheres no mercado de trabalho era bastante comum, seja, como operárias, lavadeiras, doceiras, vendedoras ou empregada doméstica. Contudo, mesmo desempenhando tarefas remuneradas e contribuindo com o sustento familiar, estas mulheres continuavam sendo as únicas responsáveis pelos afazeres domésticos e a criação dos filhos. Pois bem, como viria assinalar Rachel Soihet (1997), o espaço público mescla-se com o espaço privado no cotidiano das mulheres pertencentes aos segmentos populares.

Neste caso, devemos frisar que para as mulheres pobres o trabalho sempre se impôs como uma necessidade econômica, pois estas mulheres não tinham alternativas, a

não ser trabalhar para tentar escapar da miséria que assolava suas vidas. “A participação feminina no trabalho assalariado é temporária, cadenciada pelas necessidades da família [...]” (PERROT, 1988, p. 186). Portanto, mesmo executando tarefas subordinadas e não qualificadas, sendo remunerada com ínfimos salários, a participação feminina no mercado de trabalho foi necessária para a sobrevivência do grupo doméstico.

Diante disso, podemos compreender que, o progresso da modernidade foi absolvido e vivenciado de forma inconstante e desproporcional pelas diferentes camadas da população. Enquanto, as mulheres dos segmentos médios e alto da sociedade foram afastadas das atividades produtivas, as mulheres das camadas populares foram incluídas na esfera de produção. Todavia, vale acrescentar que, embora importante, a inserção das mulheres pobres no âmbito do trabalho carreteou um sistema de exploração, ao exercer uma jornada de trabalho excessiva e ainda por cima recebendo salários miseráveis.

Entretanto, nem todas as mulheres pertencentes às classes médias e altas aceitaram passivamente essa separação, descontentes com a situação a qual lhes eram impostas, passaram a refletir sobre sua condição e seus desejos. Através disso, passaram a lutar por direitos iguais, questionando os códigos culturais vigentes que definiam o lugar que as mulheres deveriam ocupar na sociedade, sobretudo pela representação política, que lhes era negada. Em virtude disso, surgem nos Estados Unidos na segunda metade do século XIX, as primeiras organizações de mulheres.

Neste primeiro momento a luta feminista tinha como foco a reivindicação dos direitos políticos, conhecido como movimento sufragista, e contou com a participação unânime das mulheres burguesas, pois eram estas que, mais sentiam a privação desses direitos. É importante notar que, a luta das sufragistas se resumia as reivindicações de participação políticas, em nenhum momento elas questionavam o sistema patriarcal. Isso porque “[...] a luta para a inclusão das mulheres à cidadania não se caracterizava pelo desejo de alteração das relações de gênero, mas como um complemento para o bom andamento da sociedade” (PINTO, 2003, p. 239).

Foi com alvo na luta sufragista que o movimento se espalhou pelo mundo e “[...] mobilizou mulheres de muitos países da Europa, dos Estados Unidos e, posteriormente, de alguns países da América Latina [...]” (COSTA, 2005, p. 10), como é caso do Brasil, que também foi influenciado pelas aspirações das manifestações feministas em busca da cidadania política feminina. As sufragistas brasileiras influenciadas por essas novas ideias passaram a protagonizar manifestações, objetivando a participação efetiva nos processos decisórios, consolidado nos direitos democráticos de votar e de ser votada.

Sob estes aspectos, devemos destacar algumas conquistas das feministas brasileiras, portanto, aos poucos as mulheres foram sendo inseridas nas instituições de ensino, proporcionando assim uma formação acadêmica. Obstivamente, o decreto 21.076/32 representa mais uma conquista histórica na vida das mulheres brasileiras ao lhes assegurar os direitos democráticos de votar e de serem eleitas para cargos no Executivo e Legislativo. Além do mais, as mulheres conquistaram o uso da pílula anticoncepcional, desobrigando-as da sua principal função, ou seja, ao colocar a maternidade como uma opção e não como um destino inevitável.

Neste aspecto, devemos anotar que a conquista política foi imprescindível na vida das mulheres brasileiras, ao remover a principal restrição que impedia seu acesso as instâncias de poder. Todavia, embora importante o reconhecimento político, não foi suficiente para reverter à precária situação das mulheres até então na sociedade, visto que as estruturas permaneceram inalteradas. Observe-se ainda que, essa conquista beneficiou apenas as mulheres mais favorecidas, alfabetizadas pertencentes às classes médias e altas da sociedade, as demais permaneceram excluídas desta conquista.

2.2 MODA FEMININA, RELAÇÕES AMOROSAS E NOVOS ESPAÇOS DE DIVERSÃO NO SERTÃO PARAIBANO

Nas três primeiras décadas do século XX, o modo de vida das pessoas, inclusive o modo de vida das mulheres passaram por transformações, nas quais afetaram seus valores, tradições e padrões culturais. Essas mudanças eram sentidas de diversas formas, entre as quais devemos apontar as transformações que estavam ocorrendo também no vestuário feminino, onde surgiam novidades na moda e na aparência das mulheres. Certamente, a modernidade, trouxe consigo novos ditames para a moda feminina, com o uso de roupas justas ao corpo, com detalhes, cores e decotes ousados.

Desde modo, podemos observar o desabrochar da moda feminina também no sertão paraibano, onde as mulheres começavam a se libertar dos antigos costumes passando a fazer uso de novas vestimentas. A escritora sousense Ignez Mariz fez menção desde momento em sua obra **A Barragem**, ao registrar por meio da fala da personagem Maria dos Remédios os trajes modernos usado pelas mulheres do sertão. No fragmento abaixo podemos notar que esse novo estilo moderno das mulheres se

vestir causou estranhamento nos sertanejos, principalmente nas camadas elevadas da sociedade, onde ainda persistiam os antigos modelos tradicionais.

Quando me lembro, meu Deus, que não faz dez anno o povo retalhou de lingua uma moça da Capital porque chegou aqui e deu um passeio a cavallo com uma calça dessa... Só não chamaram Ella de santa... O resto...

Muitas são de opinião que tenhamos evoluído demais, em matéria de costumes.

Isto, entretanto, só se observa nas camadas inferiores da sociedade. A nata, o que o sertão possui de melhor, continúa quasi inalteravel. Evolve lentamente. Talvez até mais lentamente do que seria de desejar.

Ou rigor de claustro, moça que não dansam e só usam mangas nos pulsos, ou então...

Não deveríamos, porém, ser oito nem oitenta, equilibrio consiste em se saber ficar no meio das cousas (MARIZ, 1994, p. 243).

Em tal perspectiva, podemos compreender que, os segmentos populares estavam mais abertos para as mudanças, modernizando com mais rapidez, já as classes elevadas eram mais resistentes, evoluindo lentamente em matéria de costume. Conforme os argumentos de Cipriano (2002), a moda era um fato que incomodava a cultura tradicional, justamente porque significava uma mudança social perceptível na própria natureza do feminino e do masculino. Como signo da modernidade, a moda tornava-se um perigo para a manutenção da ordem na sociedade, pois possibilitava uma fusão mesmo que na aparência entre as “mulheres honestas” e as “mulheres perdidas”.

De fato, com as práticas modernas, os passeios a cavalo das mulheres sertanejas tornaram-se mais confortáveis, visto que as antigas saias compridas cederam lugar para o culote sintético, ou seja, uma calça justa e apertada no corpo. Portanto, além das roupas femininas terem diminuído de tamanho, elas passaram a ressaltar as formas físicas do corpo, sendo ainda completada com os acessórios de beleza, como os perfumes, os chapéis, as bolsas, os lenços, as joias e o batom. Pois bem, é necessário lembrar que os signos modernos foram relevantes na vida das mulheres, ao proporcionar uma ruptura dos antigos padrões e lhes assegurar uma nova cultura moderna.

Contudo, no fragmento acima além da moda, podemos perceber também a dança, que se apresenta neste contexto como uma novidade moderna. A dança era uma forma de lazer bastante comum entre as camadas populares, não sendo ainda tão aceita pela cultura tradicional, por causa da sensualidade. Segundo Araújo (2011, p. 6), “[...] a

dança decerto propiciava não só a exibição lúbrica do corpo feminino como a ocasião de seduzir e ser seduzida”. Por certo, enquanto as moças da elite não sabiam dançar, a personagem Maria dos Remédios uma moça pertencente a classe baixa da sociedade, sabia dançar diversos passos rítmicos como o “arrastado” e o xerém”⁴ danças tradicionais na região.

Vejamos agora, a influência das práticas modernas sobre as relações matrimoniais, onde aos poucos os arranjos familiares iam cedendo lugar para uma escolha livre entre os namorados, tendo como respaldo o amor romântico. “O casamento de conveniência passa a ser vergonhoso e o amor ... bem, o amor não é mais uma idéia romântica, mas o cimento de uma relação” (DEL PRIORE, 2011a, p. 231). Evidentemente, a partir deste momento as relações matrimoniais passaram a ser fundamentadas por meio do sentimento recíproco entre os casais, todavia, embora importante não era uma realidade vivenciada por todas as camadas sociais.

Note-se que, as relações matrimoniais entre os segmentos sociais elevados continuavam ainda pautadas por alianças familiares envolvendo interesses econômicos e políticos na escolha do parceiro ou parceira. Posto que, a união conjugal entre as pessoas do mesmo grupo social possibilitaria a ampliação e manutenção das redes de poder, ao compartilhar as influências e as riquezas possíveis. Com base nisto, as autoras Maluf & Mott (1998, p. 391) enfatizam que o casamento era um “Instrumento das estratégias familiares e cercadas por toda sorte de estímulos, os jovens deveriam se comprometer com pessoas do mesmo círculo social”.

Diferentemente desta realidade, as pessoas pertencentes aos segmentos populares desfrutavam de mais liberdade na escolha matrimonial, podendo optar por parceiros (as) que lhes fossem interessantes, os quais lhes atraíssem fisicamente. Como viria assinalar Mary Del Priore (2011a), amor e carinho eram aspectos comuns apenas nos casamentos de pobres, sendo que suas uniões conjugais eram muito mais intensas e permanentes. Sob estes aspectos, entende-se que as mulheres pobres tiveram maiores possibilidade de amar e escolher seus parceiros, não havendo restrições em seus relacionamentos, até porque havia pouco a dividir ou a oferecer nas uniões conjugais das camadas populares. Neste sentido, na Paraíba nas primeiras décadas do século XX, de acordo com Cipriano (2002, p. 10), as práticas matrimônias “[...] distanciavam-se,

⁴ Dança nordestina de passo arrastado e miúdo, executada em sanfona. Disponível em: <http://foliaseritmias.blogspot.com.br/2013/09/preparando-o-fonte-nova.html>. Acesso em: 31 de janeiro de 2015.

cada vez mais, dos casamentos feitos por alianças, que envolviam interesses políticos entre as oligarquias paraibanas”. Com as práticas modernas o casamento vai perdendo o seu caráter de aliança entre famílias, tornando-se uma escolha livre pelos enamorados, tendo como base o amor romântico, sendo regulamentado pelo Código republicano. Para exemplificar tal fato, podemos citar um trecho da obra **A Barragem** da escritora sousense Ignez Mariz, onde se destaca uma situação difícil na vida da personagem Maria dos Remédios, ou seja, a escolha do seu cônjuge.

Remedio tem na sua frente u dilemma.

Ou se resolve a casar com Ferdinando Barros, rapaz de muito entusiasmo e pouco dinheiro, ou então acceita de vez os rapapés de Ferreirinha, sempre doido por ella.

Não quer bem nem a um nem a outro. Mas isso, diz Ella, virá depois.

-Si eu fosse empregada e ganhasse dinheiro como as primas de Recife, mamãe, não me casava tão cedo. Mas eu sei que não agüento mais essa vida de matto que vocês vão levar depois, na beira do Açude ou dos Cannaes de Irrigação (MARIZ, 1994, p. 241).

Como podemos verificar no trecho acima, a personagem Maria dos Remédios uma moça de família humilde estava desfrutando este momento de mudanças na sociedade, podendo escolher o seu cônjuge sem grande interferência dos pais. Todavia, encontrava-se diante de um dilema, qual seria o melhor parceiro a escolher, o personagem Ferdinando um rapaz atraente, mas sem condições financeiras ou o personagem Ferreirinha um rapaz financeiramente bem sucedido, mas não tão atraente. Diante das incertezas, Remédio acaba decidindo-se por Ferreirinha, até porque amor de verdade ela não nutria por nenhum dos pretendentes.

Na verdade, apesar das mudanças que estavam sucedendo na sociedade, o casamento continuava sendo um destino social necessário, onde homens e mulheres deveriam estabelecer uma relação conjugal. Desta forma, “[...] o casamento visava, ainda, instituir uma união cuja finalidade era não apenas generativa, mas a produção de uma prole legítima” (MALUF & MOTT, 1998, p. 388). Portanto, através do casamento homens e mulheres cumpriram a sua função social, constituindo uma família e gerando filhos e filhas, os quais seriam substituídos futuramente.

É oportuno salientar que na narrativa literária em estudo, Ignez Mariz (1994) deixa bem claro que as barreiras entre as classes sociais, apesar de ainda persistirem, já podiam ser rompidas. Como podemos observar no caso do personagem Ferreirinha um

rapaz bem sucedido financeiramente com influência na elite paraibana casa-se por amor com Maria dos Remédios uma moça pobre de família simples. Em contrapartida, a autora deixa transparecer na fala da personagem a sua insatisfação com o casamento, não sendo idealizado pelo amor romântico, mas como uma maneira de fugir da condição de miséria pela qual vivia.

Em função disso, podemos compreender que “[...] muitas mulheres não foram tão passivas em suas conquistas amorosas; sabendo “as regras do jogo”, utilizaram-se delas a seu favor” (PINSKY, 2011, p. 615). De fato, por trás das uniões conjugais havia diversos tipos de interesses, amor, paixão, acordo familiar e também poderia ser uma forma de um dos cônjuges mudar de vida, ascendendo socialmente. Entende-se, portanto, que as relações matrimoniais, não ocorreram da mesma forma e nem foram unânimes, elas variavam de acordo com o contexto histórico, e com as exigências e os valores que circulavam em cada grupo social.

Nesta perspectiva, é necessário historiar que os símbolos da modernidade trouxeram consigo também novas formas de lazer, causando mudanças bruscas na sociedade ao revolucionar os antigos padrões culturais. “As pessoas saíam para passear nas praças, iam ao cinema, ao teatro, enfim, passaram a ter mais um lazer nas noites que antigamente eram tão escuras [...]” (MARIANO, 1999, p. 44). Com efeito, as invenções modernas proporcionaram novos espaços de divertimentos para as pessoas como o cinema, o teatro, o parque, as apresentações circenses, os almoços nos restaurante etc.

Sendo assim, juntamente com o surgimento destes novos ambientes de diversão e lazer ocorre também uma fissura na antiga ordem que limitava e restringia o espaço público somente para os homens. Pois bem, com os signos da modernidade a fronteira entre os espaços (público/privado) vai sendo rompida, e as mulheres, assim como os homens, passam a marcar presença em diversos acontecimentos sociais. Um bom exemplo disso, está explícito no fragmento abaixo, onde Ignez Mariz destaca alguns espaços de divertimentos que o tio João Liberato, a tia Julita e as primas Amélia e Carminha gostavam de frequentar na capital pernambucana.

-Acho melhor Janjão, Remedio ir ao cinema com as meninas e nós então iremos ao teatro. Você sabe, há essa bailarina ... E para falar com franqueza, tenho medo de Zé Marianno.

-Mémé é mais moderna do que você imagina, Julita. Vamos todos ao “Parque”.

Para tudo a sertanejinha arregala o olho curioso (MARIZ, 1994, p. 88).

No entanto, vale frisar que essas novas formas de diversão e lazer que se apresentavam com a modernidade, não eram vivenciadas em todos os lugares e muito menos ocorreram na mesma intensidade. Em Recife, o cinema por exemplo, era um divertimento social bastante popular, cujo espaço era bem organizado, com a exibição de filmes policiais e românticos atraindo e seduzindo a plateia emocionada. Em contrapartida, apesar de escassos algumas cidades no interior do sertão paraibano começam a vivenciar a modernidade através do cinema.

De fato, conforme podemos perceber no trabalho monográfico de Calisto (2014), nesta mesma época a cidade de Cajazeiras no alto sertão paraibano estava vivenciando a experiência dos cinemas. Em Cajazeiras, assim como em Recife, os cinemas tinham uma estrutura bem estratificada, contava com prédio e motor próprio para suprir a falta de energia, tinham ventiladores e um palco bastante espaçoso. Todavia, na cidade de Sousa, também no sertão paraibano, os poucos cinemas que existiam era improvisados (cinema de rua), cujas películas eram de péssimas qualidade, segundo Ignez Mariz no romance em estudo.

A rigor, de acordo com Mariano (1999), a cultura do cinema demorou um pouco para se espalhar pelas principais cidades do sertão paraibano, até tornar-se uma febre, valorizado por todas classes sociais. Por causa das dificuldades de locomoção devido as precariedades das estradas que davam acesso as cidades do interior o cinema só chegou ao sertão da Paraíba a partir das duas primeiras décadas do século XX. Pois bem, segundo esta autora, as primeiras experiências com o cinema nas cidades do sertão paraibano vieram do Estado de Pernambuco, isto porque além da proximidade com o sertão as condições das estradas eram bem melhores.

De modo geral, os signos modernos alteraram o modo de vida das pessoas, ao proporcionar uma revolução nos costumes, no comportamento, nos valores e na cultura que até então prevalência na sociedade. A modernidade modificou as relações familiares e amorosas, causou transformações profundas na moda e na aparência das pessoas, e colocou homens e mulheres para transitarem nos mesmos espaços, seja para o trabalho ou para diversão. Todavia, vale salientar que mesmo com essas mudanças, continuou persistindo um forte moralismo disciplinando o comportamento de homens e mulheres das camadas ricas e pobres.

É justamente diante deste forte moralismo que na visão de Cipriano (2002), surge a preocupação com a moralidade feminina, pois aquelas mulheres que não obedecessem às regras, eram consideradas subversivas. Portanto, as novas formas de diversão, ou seja, os passeios ao cinema, ao teatro, os encontros nos cafés e restaurantes, os novos modos de se vestir e as novas relações amorosas eram vistas como signos de perigo para a boa manutenção da ordem na sociedade. Ideologicamente, para a autora os moralistas condenavam estes comportamentos modernos, porque eles distanciavam-se dos antigos modelos cristalizados para homens e mulheres.

Nestas circunstâncias, algumas medidas foram tomadas com o intuito de adequar o comportamento de homens e mulheres diante desta nova realidade que surgia com as mudanças modernas. Por certo, como viria assinalar Rachel Soihet (2011, p. 362), estas medidas visavam inculcar “[...] valores e formas de comportamento que passavam pela rígida disciplinarização do espaço e do tempo do trabalho, estendendo-se às demais esferas da vida”. Principalmente, sobre o comportamento feminino, existia um conjunto de regras que determinava a maneira adequada das mulheres se portarem socialmente, no espaço público e no espaço familiar.

Como podemos constatar na fala das autoras Maluf & Mott (1998, p. 369), “[...] a mulher sensata, principalmente se fosse casada, evitasse ‘sair à rua com um homem que não fosse o seu pai, o seu irmão ou o seu marido’”. Contudo, mesmo que os “tempos modernos” tenham proporcionado a abertura do espaço público para as mulheres, nos passeios estas deveriam estar sempre acompanhadas. Visto que, a rua seria um espaço propício para os desvios da norma, o lugar das tentações, portanto deveria manter-se a vigilância e o controle sobre o comportamento feminino.

Entretanto, vale ressaltar que entre os segmentos populares era praticamente impossível manter-se um controle absoluto sobre a moralidade feminina, pois as mulheres pobres precisavam se aventurar pelas ruas, em busca de sobrevivência. “A mulher pobre, cercada por uma moralidade oficial completamente desligada de sua realidade, vivia entre a cruz e a espada” (FONSECA, 2011, p. 516), pois precisava trabalhar contribuindo com as despensas familiares e ao mesmo tempo deveria preservar as exigências tradicionais mantendo sempre o ideal de pureza e submissão.

2.3 OS DISCURSOS QUE CRIAVAM OS ESTEREÓTIPOS E JUSTIFICAVAM AS DESIGUALDADES

Como viria assinalar Rosemere Olímpio de Santana (2008), no início do século XX são difundidos diferentes tipos de discursos normatizadores provenientes das mais diversas instituições sociais. Portanto, estes discursos circulavam na sociedade, como se fossem verdades inquestionáveis, sem ao menos serem discutidos, pois eram considerados verdadeiros e legítimos. Assim, estes discursos tinham como principal função estabelecer modelos para o feminino e para o masculino, justificando suas normas comportamentais e as regras de conduta moral.

Diante disso, podemos citar os principais discursos que permeiam as relações sociais entre homens e mulheres, criando seus códigos e valores, em uma dada sociedade em um determinado momento histórico. Por certo, o discurso familiar é o primeiro que implica na socialização das crianças, pois é justamente no seio da família onde as crianças adquirem os primeiros aprendizados, bem como os modelos masculino e feminino. “É na família que a criança começa a apreender o que é “ser homem” e o que é ser mulher” (FARIA & NOBRE, 1997, p. 20).

Neste mesmo sentido, devemos também elencar o discurso educacional, pois se constituem junto com o discurso familiar em um agente de socialização das crianças, proporcionando uma identificação com o gênero masculino ou feminino. Ou seja, tanto as meninas como os meninos vão aprendendo a se identificar com características diferenciadas que os definem em feminino e masculino. Pois bem, os meninos aprendem a ser fortes, corajosos e destemidos, por outro lado as meninas aprendem a ser sensíveis, frágeis e inseguras.

Além disso, a escola também é responsável por ensinar as meninas as chamadas prendas domésticas bordar e costurar, ou seja, a ser uma dona de casa perfeita, já os meninos aprendem a ser homens de negócios. “Educados assim, meninos e meninas adquirem características e atribuições correspondentes aos considerados papéis femininos e masculinos” (FARIA & NOBRE, 1997, p. 10). Com base nisto, podemos compreender que esses fatores de diferenciação vão sendo adquiridos ao longo da vida dos sujeitos, assim homens e mulheres vão aprendendo a assimilar as funções que lhes são designadas.

Em contrapartida, o discurso religioso tinha por finalidade adestrar a sexualidade feminina, por meio do controle dos desejos e dos instintos sexuais, ao estabelecer o que é lícito dentro das relações amorosas. “Com o desejo e as sensações pretensamente domados, vinha afinal o casamento, que podia ser com um homem mais velho, de trinta, sessenta e até setenta anos” (ARAÚJO, 2011, p. 51-52). Sendo assim, depois de contrair

o matrimônio as mulheres deixavam de ser responsabilidade dos pais, passando a ser dos maridos, que agora seria o senhor absoluto de todas as suas decisões.

Porém, mesmo depois do casamento a Santa Igreja Católica continuava interferindo na vida conjugal dos fiéis, ao proibir qualquer ato sexual que não tivesse por finalidade a procriação. “Na visão da Igreja, não era por amor que os cônjuges deviam se unir, mas sim por dever; para pagar o débito conjugal, procriar e, finalmente, lutar contra a tentação do adultério” (DEL PRIORE, 2011a, p. 28). Pois bem, segundo as leis eclesiásticas, as necessidades sexuais dos homens eram legítimas, já para as mulheres o ato sexual, era permitido apenas para justificar a procriação, pois os prazeres femininos eram completamente condenados.

A rigor, enquanto que a sexualidade feminina estava subordinada a reprodução, ou seja, a procriação, a sexualidade masculina era incentivada e sem controle, cuja prática do adultério era bastante comum entre os homens. É justamente neste sentido, que entra em cena o discurso médico para “[...] conter a prostituição, diminuir a sífilis e garantir a saúde física e moral das famílias” (SANTANA, 2008, p. 71). Pois, desta forma, o Estado manteria um controle ao diminuir o perigo de contrair as doenças venéreas, controlando também a conduta moral das mulheres evitando o fantasma da prostituição.

Além do mais, existia o predomínio de um discurso naturalista, que bi partidariza homens e mulheres em lados opostos com aptidões e qualidades diferenciadas, que os distinguia biologicamente e socialmente. Como aponta Michelle Perrot (1988, p. 177), “Aos homens, o cérebro [...] a inteligência, a razão lúcida, a capacidade de decisão. Às mulheres, o coração, a sensibilidade, os sentimentos”. De acordo com este discurso, o que se espera das mulheres é que elas sejam amorosas, pacientes, meigas e frágeis, por sua vez o que se espera dos homens é que eles tenham força, sejam racionais e objetivos.

Entretanto, na perspectiva de Faria & Nobre (1997), o problema reside não apenas nas diferenças entre homens e mulheres, mas na relação de poder, na desvalorização de um gênero, em benefício do outro. Visto que, as características femininas não são apenas diferentes, são também desvalorizadas, por este motivo, algumas mulheres estão vivendo situações de inferioridade e subordinação. Deste modo, devemos entender que as relações sociais entre homens e mulheres são hierárquicas e de poderes, elas surgem no interior da família e se reproduzem no conjunto da sociedade.

As características atribuídas às mulheres eram suficientes para justificar que se exigisse delas uma atitude de submissão, um comportamento que não maculasse sua honra. Estavam impedidas do exercício da sexualidade antes de se casarem e, depois, deviam restringi-la ao âmbito desse casamento (SOIHET, 2011, p. 363)

Faz-se necessário também frisar, que além de todos estes discursos disciplinadores elencados acima, temos ainda o discurso popular, emitido pela opinião de amigos e vizinhos, ou seja, os chamados fofoqueiros ou mexeriqueiros. É certo que as informações principalmente referentes a sexualidade feminina circulavam com bastante frequência na vizinhança. “O código da moralidade era de domínio geral e praticamente todos se sentiam aptos a julgar os comportamentos de uma jovem: os pais, os vizinhos [...]” (PINSKY, 2011, p. 612).

Todos estes discursos normativos, encontravam respaldo e explicações plausíveis na cultura patriarcal, por meio da subordinação dos gêneros (mulher submissa/homem um ser superior). “As teóricas do patriarcado concentraram sua atenção na subordinação das mulheres e encontraram a explicação na “necessidade” do macho dominar as mulheres” (SCOTT, 1995, p. 9). Com efeito, como nos apresenta a historiadora Michelle Perrot (1988), a ordem patriarcal estava presente em todas as instâncias sociais, portanto, era a lei do equilíbrio histórico.

Sendo assim, podemos destacar a estrutura patriarcal presente na aristocracia paraibana, bem como os dramas cotidianos, as redes familiares e as relações de poder circunscrita na sociedade. De modo geral, a cultura patriarcal é representada por meio da organização familiar, típica das regiões onde se instalaram as grandes unidades agrárias, como é o caso, da região canavieira paraibana. Com isto, Mariza Corrêa (1994, p. 15) enfatiza que a família patriarcal é “[...] um tipo fixo onde os personagens uma vez definidos, apenas se substituem no decorrer das gerações, nada ameaçando sua hegemonia, e um tronco de onde brotam todas as outras relações sociais”.

Com efeito, a família patriarcal era o fundamento de toda a organização social, econômica e política, pois eram por meio das redes familiares que ocorriam às conexões no jogo político, espaço de expressão dos interesses das elites. Conforme os argumentos da historiadora Serioja R. C. Mariano (2011), na cultura política paraibana as redes familiares eram utilizadas como estratégias para ampliar e manter o poder político e econômico. No geral, na administração da Paraíba as redes familiares tinham como

suporte básico a economia açucareira em decadência e o poder político das elites locais vista na figura dos coronéis, dos grandes proprietários de terras.

Desde modo, podemos situar historicamente que no início do século XX a cultura patriarcal paraibana começa a passar por um processo de ruptura, ao sentir os efeitos do progresso anunciado pelos ares da modernidade. Um dos aspectos imediatos na sociedade paraibana foi o confronto entre os signos modernos e os resquícios arcaicos representados por meio da figura do coronel e da economia açucareira em decadência. Podemos tomar como exemplo um trecho da obra **A Barragem**, onde Ignez Mariz destaca que a personagem Mariquinha era neta de um senhor de engenho, pertencia a uma grande família os Liberatos os quais detinham poder econômico e político na Paraíba.

Os Liberatos eram gente de dinheiro, no principio. Seu avô era senhor de engenho. Propriedades immensas, extensos cannaviais. Depois uma historia sangrenta de cangaceirismo. E além disso, as sêccas. Tudo junto os reduziu a zero, em materia financeira (MARIZ, 1994, p. 308).

Em tal perspectiva, é oportuno salientar também que na sociedade paraibana era comum perceber relações sociais de gênero marcadas pela opressão e pela submissão feminina sob o jugo da dominação masculina e do poder patriarcal. Segundo Mariza Corrêa (1994, p. 34), a “[...] inferioridade foi sempre argumentada politicamente e de maneira estratégica, em conformidade com os interesses dos que detinham o poder de manipular esta argumentação”. Por certo, a subordinação das mulheres em relação aos homens era um aspecto normal na cultura patriarcal, na qual reservava o espaço doméstico para as mulheres e o espaço público para os homens.

Ideologicamente, devemos demonstrar o pensamento de Faria & Nobre (1997), ao citar que as diferenças entre homens e mulheres, bem como as desigualdades entre os gêneros não são fatores puramente naturais. Essas distinções sociais entre homens e mulheres não correspondem a uma essência masculina e feminina, ou seja, esta divisão não representa uma inerência da espécie. Ora, as diferenças entre os gêneros são determinadas não por fatores biológicos, e sim por fatores sociais, as desigualdades são construídas na sociedade, não sendo determinada pela natureza.

Disso decorre, o termo Gênero, designado para teorizar a questão das diferenças entre homens e mulheres, ao indicar a naturalização das características masculinas e

femininas como construções sociais. “Foi inicialmente utilizado pelas feministas americanas que queriam insistir no caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo” (SOIHET, 1997, p. 279). Por certo, gênero é uma palavra emprestada da gramática, cuja finalidade é diferenciar a construção do feminino e do masculino, do sexo biológico, nas relações sociais.

Nesta mesma perspectiva, na visão de Joan Scott (1997), gênero é um termo utilizado para designar as relações sociais entre homens e mulheres, rejeitando as justificativas biológicas. Assim, gênero é importante para indicar que as funções sociais destinadas para o masculino e para o feminino são criações inteiramente sociais, ou seja, são construções sociais. Portanto, o termo gênero serve para referir-se as construções sociais, as características subjetivas do masculino e do feminino, diferenciando-se das características biológicas.

Em outras palavras, as diferenças entre homens e mulheres não surgem como fruto da natureza, elas vão sendo construída historicamente, conforme os valores dominantes na sociedade. De fato, ao longo da vida homens e mulheres vão adquirindo a sua identidade de gênero, assim, podemos frisar que esta não é fixa, nem única podendo variar de acordo com o contexto histórico. Por certo, o conceito de gênero surge justamente para explicar as construções socioculturais das relações de gênero definindo as identidades e as características do masculino e do feminino.

CAPÍTULO 3

ENTRELAÇANDO SIMILITUDES DE MODELOS REAIS E FICTÍCIOS DO FEMININO NO SERTÃO PARAIBANO

Moça de acampamento, a sua personalidade tem qualquer coisa de semelhança com o cimento armado: amolecida, enquanto lhe limitavam a existencia as quatro parêdes de uma casa, foi a pouco e pouco endurecendo, quando lhe bateu em cima o calor da vida na grande Barragem, com as suas tristes experiencias.

Hoje vive por si, leviana talvez, mas incapaz de um escorrego maior, andando com os homens e pelo meio delles com a mesma invulnerabilidade como se fosse tambem do outro sexo. E é ainda em janeiro que vae completar dezeseite annos. (Ignez Mariz, 1937)

Como foi discutido no capítulo anterior, as primeiras décadas do século XX, foi um momento propício de grandes transformações, afetando o comportamento e o modo de vida das pessoas, inclusive o modo de vida das mulheres. Evidentemente, os “tempos modernos” trouxeram consigo novos valores culturais proporcionando uma revolução nos costumes e uma reviravolta na antiga ordem que predominava na sociedade. No entanto, vale sublinhar que os símbolos da modernidade não foram absolvidos e vivenciados em todos os lugares e muito menos na mesma intensidade.

Diante disso, é importante ressaltar por meio da interpretação do romance **A Barragem** os reflexos dessas mudanças também no cotidiano das mulheres do sertão paraibano. Sendo assim, para caracterizar esse período de mudanças na vida das mulheres sertanejas, tomaremos como exemplo, cinco perfis femininos, entre eles o perfil da própria autora Ignez Mariz, e das personagens fictícias do romance Maria dos Remédios, dona Mariquinha, a prostituta Lina e a professora Eudocia. De fato, através das vivências destas mulheres será possível perceber esse momento de ruptura e o diálogo entre os comportamentos modernos e antigos vivenciados naquela época.

Neste sentido, devemos citar o pensamento de Michel Foucault (1999, p. 14), ao analisar o quadro de **Las Meninas** de Velásquez, sobretudo quando afirma que todos os

elementos da tela oferecem algum tipo de representação. Portanto, em cada elemento do quadro são depositados signos e formas sucessivas de representação, e ao criar o quadro o pintor está representando a si mesmo em uma dimensão artística. Por certo, segundo o autor o ciclo da representação com a tela, o pincel, olhar do pintor, o quadro, os reflexos e o homem real com seus conteúdos verdadeiros ou ilusórios formam uma concha em hélice.

Desta mesma forma, apesar de ser escrita em uma dimensão artística e fictícia, podemos perceber na narrativa romanesca de Ignez Mariz elementos e símbolos representativos. Assim, como na análise do quadro, cada cena do romance está impregnada de signos e representações, todas as ações dos personagens, todos os espaços, e todos os discursos reais ou imaginários compõem o ciclo da representação. Além disso, podemos compreender que, assim como Velásquez ao pintar a quadro representou a si mesmo, Ignez Mariz, ao escrever o romance estava representando a si mesma.

Com efeito, como nos apontar Salvatore D'Onofrio (2007), por meio da narrativa romanesca é possível transpor acontecimentos da vida humana para uma realidade artística e imaginária, refletindo as inquietudes pessoais e sociais. O romance sendo resultado de um produto artístico, não tem compromisso com a veridicidade, todavia é verossímil, por meio da imitação histórica da realidade. De fato, segundo o autor a narrativa literária mesmo tendo como origem a imaginação, tem a equivalência de verdade, ou seja, verossimilhança.

Contudo, é oportuno salientar como foi discutido no primeiro capítulo deste trabalho, a narrativa romanesca pode ou não desenvolver a realidade em mimese, ou seja, o romance pode produzir ou não a representação do real, em seu enredo assemelhando-se a realidade. “O efeito do real se apoia também numa grande preocupação com a verossimilhança e a motivação. Ele tende a excluir tanto o extraordinário quanto as incoerências ou a ambiguidade” (REUTER, 2004, p. 152). De tal modo, que a ilusão da realidade, através da função de mimese, faz parte das modalidades literárias, cujo propósito é produzir justamente o efeito de realidade.

No geral, através do romance **A Barragem**, podemos perceber a realidade histórica e social do sertão paraibano nas primeiras décadas do século XX, assim, como também do cotidiano feminino. Desta forma, Ignez Mariz através de uma história imaginária com aspectos verossímeis desenvolveu um enredo fictício retratando a representação da realidade sertaneja naquele momento histórico. Vejamos, em seguida o

exemplo, de alguns desses aspectos verosímeis no romance através da ação das personagens Maria dos Remédios, dona Mariquinha, Lina, dona Eudocia, e também da própria Ignez Mariz.

3.1 IGNEZ MARIZ: ESCRITORA PARAIBANA DE GRANDES POSSIBILIDADES

No sítio eletrônico mantido pelo Instituto Histórico e Geográfico Paraibano (IHGP)⁵, Maria Ignez Marques da Silva Mariz (Ignez Mariz) nasceu na cidade de Sousa no alto sertão paraibano, no dia 26 de dezembro de 1905. Era filha de Dona Maria Emília Marques Mariz e do Dr. Antônio Marques da Silva Mariz (Silva Mariz), coronel, médico e chefe político local. A figura do coronel/político era típica da região, este detinha poder político e econômico, e mantinha o controle dos cargos públicos ao estabelecer acordos e alianças políticas com outros coronéis, além disso, procurava “auxiliar” a população sertaneja flagelada em suas necessidades.

Desde cedo Ignez Mariz decidiu ajudar o seu pai o Dr. Silva Mariz em sua liderança política, desenvolvendo trabalhos educativos, ou seja, alfabetizando crianças e adultos das classes populares no interior paraibano. Ignez Mariz estudou os primeiros anos escolares na cidade de Sousa, dando continuidade na capital João Pessoa onde formou-se no curso de Pedagogia pelo Colégio Nossa Senhora das Neves. Como filha de coronel e pertencente a elite da sociedade local Ignez Mariz desfrutou de oportunidades que não condizia com a realidade das demais jovens de sua época.

Evandro Nóbrega (1994) ao prefaciá-lo romance **A Barragem**, afirma que Ignez Mariz contraiu casamento com Carlos Meira de Vasconcelos, cuja união rendeu apenas um filho Paulo Antônio. Entretanto, essa união conjugal logo resultou em divórcio, e desta maneira ocasionou um escândalo na população sousense, pois era a primeira dissolução de vínculo matrimonial no alto sertão paraibano. Neste contexto, apesar das mudanças que estavam surgindo na sociedade, o casamento ainda era visto como um contrato indissolúvel carregado e impregnado de valores morais.

Diante disso, conforme o IHGP Ignez Mariz desloca-se para o Rio de Janeiro onde fixa residência e passa a trabalhar como jornalista colaborando em jornais e revistas de grande destaque como na revista *Eu Sei Tudo*, *A Noite Ilustrada*, *Letras do Sertão* entre outras. Sendo assim, aos poucos a escritora sousense foi desenvolvendo a

⁵ A maior parte das informações aqui apresentadas são oriundas deste site eletrônico.

sua carreira e em 1937 publica o seu primeiro romance **A Barragem**, pela editora José Olympio. Neste romance a autora envereda o seu enredo contando a saga da construção do açude de São Gonçalo no alto sertão paraibano, tendo como personagens centrais a família de Zé Mariano e dona Mariquinha, retirantes sertanejos.

Este romance foi fundamental na vida de Ignez Mariz projetando-a nacionalmente, mesmo sendo na atualidade uma obra desconhecida do grande público, na época ela foi bem aceita no Sul e no Nordeste. Como nos mostra no prefácio da obra Evandro Nóbrega (1994), as repercussões positivas que o romance causou na crítica literária: “A Barragem é o rio Piranhas, correndo, cheio de cascalho, de lodo, com as águas turvas, pretas, correndo para o S. Gonçalo (Ivan Bichara Sobreira)”; Além das exclamações esperançosas sobre a escrita de Ignez Mariz, “escritora de grandes possibilidades (R. Magalhães Júnior)”.

[...] era uma mulher apaixonada pela vida, sob todas as formas, que amava, que buscava e aprofundava o contato com os seres humanos com a arte, com a ciência. Estava comprometida em transformar mentalidades, combater a ignorância e defender os direitos das classes populares, especialmente, das mulheres (SALES apud EHRICH, 2009, p. 29).

Desde modo, segundo Ehrich (2009), a escritora sousense tinha uma personalidade marcante, lutava contra as injustiças sociais, valorizando e defendendo as classes oprimidas, sobretudo as mulheres. Ignez Mariz era preocupada com o seu espaço local, ela almejava combater a ignorância da população sertaneja, pretendendo transformar suas mentalidades por meio da educação e da instrução. Portanto, com base neste objetivo na década de 1930 a autora tomou uma iniciativa e desenvolveu uma campanha por bibliotecas municipais no alto sertão paraibano.

Vale ainda acrescentar que Ignez Mariz se preocupava também com a educação sexual da juventude, a sexualidade era um fator extremamente interessante para a autora, como podemos perceber nas entrelinhas do romance. Assim, Ignez Mariz como diz o jornalista Evandro Nóbrega (1994), “Lamentava não lhe houvessem ensinado absolutamente nada sobre um aspecto tão importante da existência humana”. Tendo em vista essa questão como inquietação a autora escreveu uma monografia cujo título era:

O que leva a curiosidade infantil insatisfeita, que lhe rendeu o prêmio “José de Albuquerque”, do Círculo Brasileiro de Educação Social.⁶

Todavia, infelizmente a carreira da escritora sousense Ignez Mariz foi interrompida prematuramente por meio de uma trágica fatalidade, causada por uma experiência mal sucedida. Ignez Mariz “[...] fez-se de indigente e internou-se em um nosocômio público carioca, para... para operar-se das amígdalas, que de nada sofria” (NÓBREGA, prefácio da romance *A Barragem*, MARIZ, 1994). Pois bem, a escrita de Ignez Mariz como sempre era atrelada as desigualdades sociais, e justamente querendo escrever sobre o sistema de saúde pública submeteu-se a essa experiência vindo a óbito aos 47 de anos de idade na sala de cirurgia por falta de um tubo de oxigênio.

Em função disso, Evandro Nóbrega (1994), prefaciando o romance afirma que Ignez Mariz é mártir da literatura brasileira, sendo uma das primeiras mulheres escritoras da Paraíba. Além de escritora, Ignez Mariz trabalhou como professora e jornalista, portanto, segundo este mesmo autor, Ignez Mariz era uma mulher “Independente, socializante, feminista, sem muitas papas na língua [...]”. A autora sousense Ignez Mariz escreveu vários artigos científicos, poesias, um livro de contos (**Roma**) e dois romances um pronto (**A Barragem**) e deixou um inacabado (**Tresloucado Gesto**).

Com efeito, diante da importância das suas obras Ignez Mariz faz-se reconhecida e passou ocupar a cadeira de nº 34 no Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, e ingressou também na Academia Paraibana de Letras. No entanto, apesar deste reconhecimento histórico, tanto Ignez Mariz, como sua principal obra **A Barragem** permaneceram desconhecidas. Anote-se que, o nome da escritora sousense pouquíssimo é citado nas referências bibliográficas, sendo praticamente silenciado nos estudos sobre a História e a Literatura paraibana.

3.2 A REBELDIA DE UMA JOVEM MODERNA

A personagem Maria dos Remédios é a filha mais velha do casal Zé Mariano e dona Mariquinha, nasceu no pé da serra e o destino em forma de seca a trouxe para o acampamento de São Gonçalo. Segundo a autora, a personagem Maria dos Remédios

⁶ INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO PARAIBANO/IHGP. **Ignez Mariz Patrono**. Disponível em: <<http://www.ihgp.net/memorial7.htm>>. Acesso 19/12/2014.

era uma jovem morena muito bonita de olhos verdes e cabelos castanhos com tons de ouro. Sendo descrita na narrativa, com um comportamento cheio de ternura e infantilidade, mais ao mesmo tempo irrequieto, espontâneo, exagerado e independente.

Além disso, a personagem Maria dos Remédios tinha as mãos finas e as unhas pintadas, sendo considerada, a moça mais bonita do acampamento. Com uma personalidade volúvel “cabeça de vento”, ou seja, Maria dos Remédios tem a “[...] natureza meio selvagem, por isso mesmo com cheiro de flôr do matto, de folha machucada [...]” (MARIZ, 1994, p. 274). A personagem Maria dos Remédios era uma jovem que encarava as coisas de uma maneira muito engraçada, tinha um espírito agitado, fazendo travessuras como se ainda fosse criança.

Como viria assinalar Isaias de Oliveira Ehrich (2009), a personagem Maria dos Remédios é o elemento que representa no romance o diálogo entre os comportamentos modernos e os antigos vivenciados na época. De fato, para o autor, a personagem representa esse momento de transição entre o mundo antigo e patriarcal e o mundo moderno das novidades, das novas ideias e do ambiente cosmopolita. A jovem Maria dos Remédios seria justamente o elemento novo transgressor dos padrões patriarcais e da moral e dos bons costumes, estabelecidos socialmente.

De tal forma que, a personagem Maria dos Remédios rompia barreiras sociais e frequentava a escola particular da vila, depois de ser expulsa por causa das suas travessuras, passou a receber aulas particulares em casa. Portanto, a personagem era instruída, tinha educação escolar, lidava com a leitura e com a escrita. Além do mais, a jovem Remédio conhecia o ambiente urbano, pois havia passado uma temporada na capital pernambucana, o que a diferenciava das demais jovens do seu lugar social.

Por conseguinte, temos a educação moral da personagem Maria dos Remédios, onde fica explícito uma ruptura entre a educação moral arcaica representada pela figura da mãe e a educação moral moderna representada pela a figura do pai. Zé Mariano confiava demais na filha “na menina dos seus olhos”; para ele o comportamento irreverente de Maria dos Remédios era condizente com o seu momento histórico. Por outro lado, a mãe dona Mariquinha tinha um pensamento mais tradicional e conservador a respeito da educação moral da filha, como pode ser visto no trecho abaixo:

Mariquinha pretende educar-a nos velhos princípios de sua própria criação.

Zé Mariano tem sempre um sorriso para os exageros da mulher. Embora não queira a filha como ovelha, solta no pasto, também não a quer tanto rabo-de-saia.

- Minha filha há de ter juízo de sobra, que eu estou fazendo ella a meu jeito... gostava Mariquinha de dizer.

Ella é capaz de passar uma hora a tecer commentarios em torno de um ponto de moral. Ao passo que a filha, fructo do meio cosmopolita, vae se formando completamente oca de preconceitos. Faz ouvidos de mercador aos “semões”; os conceitos de Mariquinha, entrando num ouvido e sahindo pelo outro (MARIZ, 1994, p. 25).

Neste momento, é importante destacar que a educação moral feminina estava voltada para o autocontrole das moças, as jovens deveriam conter a sua sexualidade aprendendo a controlar os seus desejos. “Cabia às mães preservar a “inocência” das filhas para o futuro marido, vigiando seus gestos, filtrando as informações que chegavam até as moças” (CIPRIANO, 2002, p. 84). Cujas finalidades primordiais da educação moral feminina era preservar as moças, para suas “naturais aptidões” casamento e maternidade, livrando-as dos perigos morais da promiscuidade.

Diante de tais circunstâncias, a personagem Maria dos Remédios rompe as convenções do seu tempo e mesmo contra a vontade da mãe dona Mariquinha inicia suas experiências sentimentais precocemente. Diferentemente das demais moças da sua época, Maria dos Remédios já havia beijado vários rapazes, costumava sair sozinha e ficava até tarde na rua aos abraços e aos beijos com o namorado. “A estas horas Remedio vae passeando com o namorado, separados quando passam por gente, dando o braço quando se vêem sós” (MARIZ, 1994, p. 142).

Com efeito, por causa do comportamento moderno, a personagem Maria dos Remédios acaba sendo vítima de comentários maliciosos, tendo a reputação de uma moça falada considerada leviana. “Ficava mal à reputação de uma jovem [...] sair com muitos rapazes diferentes ou ser vista em lugares escuros ou em situação que sugerisse intimidades com um homem” (PINSKY, 2011, p. 612). Portanto, a moça que manifestava de alguma forma a sua sexualidade permitindo beijos e abraços ousados ficavam com fama de namoradeira e leviana prejudicando os planos do casamento.

Evidentemente por esse motivo, quando o personagem Ferreirinha fica noivo da personagem Maria dos Remédios, passa a ser alvo dos mais diversos tipos de comentários, acerca da sua intimidade. Como podemos perceber na fala de Ignez Mariz (1994, p. 273) “Elle quer é empachar, meu povo, vocês logo não estão vendo! Noivinho, hein? Pode ter entrada franca... que bicho de quengo!”. Por certo, o período do noivado

seria um momento propício para tentarem avançar na vida íntima, já que os noivos estariam mais próximos do compromisso matrimonial.

Como nos lembra Pinsky (2011), era responsabilidade da moça manter o respeito restando os avanços íntimos com o namorado, conservando a virgindade até a noite de núpcias. Nesta época, a virgindade era um fator de extrema importância, sendo a condição primeira para o casamento, tendo respaldo no próprio Código Civil, podendo até anular o casamento, caso descobrisse que a noiva não era mais virgem. Certamente, segundo a autora a virgindade era um selo de garantia da pureza e da honra feminina, por isso os avanços masculinos deveriam ser evitados antes do casamento.

Cláudia Fonseca (2011) confirma esse pensamento, e acentua que para a mulher ser “honesta” deveria contrair casamento, todavia, para casar-se a moça precisava ser virgem. Caso contrário, qualquer deslize colocava a mulher no campo das “sem moral”, pois a perda da virgindade era algo vergonhoso e irreparável, devendo a “desvirginada” arcar sozinha com as suas consequências. Pois bem, a perda da virgindade seria o principal obstáculo para a realização do casamento, impedindo muitas mulheres de constituir famílias e lares e jogando-as na prostituição.

Em virtude disso, era necessário promover uma vigilância redobrada sobre o comportamento das moças, principalmente entre as mulheres das camadas populares, pois estavam mais sujeitas a exploração sexual. “Tal vigilância tinha por objetivo separar as moças “honestas” das “perdidas”. Ademais, a solidariedade masculina ajudava a apontar as mulheres volúveis” (PEDRO, 2011, p. 304). Entendemos, assim, que não somente os pais promoviam a vigilância da conduta feminina, a moralidade e o comportamento das moças era observado atentamente também pela sociedade.

Na verdade, essa realidade torna-se compreensível, pois culturalmente nesta época a sexualidade feminina era completamente condenada em todos os sentidos, sendo necessária conservar a inocência sexual para o casamento. “Quanto aos homens, estimulou-se o livre exercício de sua sexualidade, símbolo de virilidade” (SOIHET, 2011, p. 390). Pois bem, as mulheres eram obrigadas a reprimir todos os desejos sexuais, conservando a sua “pureza” e mantendo-se virgem até o casamento, enquanto que os homens eram incentivados a desenvolverem suas experiências sexuais.

Sob estes aspectos, devemos ressaltar que mesmo detentora de um pensamento moderno, Maria dos Remédios, como observou Ehrich (2009), acaba cumprindo culturalmente o estereótipo feminino, da mulher presa ao casamento. Entretanto, com algumas peculiaridades, a escolha matrimonial da jovem Maria dos Remédios não foi

baseada no amor romântico, mas por puro interesse financeiro. Portanto, mais uma vez, a personagem Maria dos Remédios infringe as normas culturais, usando o casamento como uma maneira de ascender socialmente na vida.

-Eu não lhe quero muito bem não, Ferreirinha, quero dizer... eu penso que a gente deve querer mais bem a um marido do que eu quero a você. Mas São Gonçalo vae se acabar e eu tenho um medo doido da pobreza! Você não imagina o que nós soffremos em 32: fome, Ferreirinha, muita fome! No principio eu chorava. Depois nem tive mais força pra isso. Uma vizinha nossa tambem, morreram dois filhinhos della só poude chorar um mez depois, quando tomou um caldo de carne... Si eu ganhasse dinheiro com as primas de Recife, só me casava com um homem que estivesse “desembestada” por elle. Deve ser lindo, assim... Mas, eu repito: a fome é a coisa peor que há no mundo, Ferreirinha. Quem nunca passou por ella nem pode avaliar... a barriga da gente diminuindo e augmentando... depois diminuindo e augmentando...depois diminuindo de novo... e a gente se torcendo com a dor, pra lá e pra cá (MARIZ, 1994, p. 252).

Noutras palavras, o casamento continuava sendo um destino social necessário para homens e mulheres, apesar dos comportamentos modernos e das transformações que estavam ocorrendo na sociedade. Conforme, o fragmento acima e a discussão elencada no capítulo anterior, podemos perceber a insatisfação do casamento para a personagem Maria dos Remédios. Todavia, a personagem acaba fazendo do casamento um instrumento estratégico, uma maneira viável para tentar sair das péssimas condições de misérias que levava os sertanejos vivendo aos pés da grande Barragem.

3.3 A DONA DE CASA SERTANEJA, SUBMISSA E PASSIVA

Neste momento, cabe-nos assinalar ainda a representação da típica dona de casa sertaneja, através da personagem dona Mariquinha esposa de Zé Mariano e mãe de Maria dos Remédios. No romance, Ignez Mariz (1994), descreve a personagem dona Mariquinha com uma personalidade sempre mansa e passiva, não dava escândalos e não reclamava diante das situações difíceis da vida. Vale acrescentar também que a personagem dona Mariquinha era uma mulher muito religiosa, incapaz de revidar qualquer tipo de insulto, por isso a vizinha dona Eugênia a chama de “sangue-de-peixe”.

Não é de seus hábitos explodir, gritar, dar escândalo.
 Sente-se traspassada, pobre Mariquinha, com a maior de todas as
 dôres moraes de sua vida. E mesmo os treze filhos que teve parece lhe
 custaram menos que aguentar a certeza de que o marido vive a se
 espojar nos braços de uma “sujeita”.
 Como um rio manso, as suas lagrimas correm, sem bravatas, sem
 queixumes, embora saibam a sangue quando lhe cahem na bocca,
 rolando pelas faces murchas [...] (MARIZ, 1994, p. 137).

Diante disso, podemos compreender que a personagem dona Mariquinha no romance, assume a imagem estereotipada de uma mulher recatada, sensível, submissa e frágil. Em várias passagens do romance é possível perceber a fragilidade da personagem, em quase todos os momentos dona Mariquinha estava se derretendo em lágrimas pelos cantos da casa, chora de tristeza e chora também de felicidade. “Quando Zé Marianno chega de-noite encontra Mariquinha com os olhos empapuçados de chorar” (MARIZ, 1994, p. 138).

Com efeito, a realização da personagem dona Mariquinha, como as demais mulheres daquela época estava limitada a esfera familiar, viviam apenas para casar, ter filhos e para os cuidados da casa. Portanto, a identidade social da personagem dona Mariquinha era circunscrita a unidade doméstica, como esposa e mãe, assumindo um ideal de mulher amorosa, honrosa, íntegra, prestativa e zelosa. Entretanto, apesar da personagem dona Mariquinha representar os modelos arcaicos ainda em vigor, a personagem começa a marcar também o início da ruptura do sistema patriarcalista.

Segundo Ignez Mariz (1994), a personagem dona Mariquinha pertencia a uma família rica da região canavieira paraibana, era neta de senhor de engenho, que havia entrado em decadência financeira, como foi destacado no capítulo anterior. Todavia, a personagem dona Mariquinha rompe com os padrões familiares da época e casa-se com o personagem Zé Mariano um simples trabalhador rural. De fato, uma prática bastante comum quando o namoro não era aprovado pelos pais era o “rpto consentido”, constituindo-se como um meio de resistência contra os casamentos arranjados e de conveniência familiares.

O rpto consentido é, então, mais uma dessas astúcias que ajudam a construir um espaço, onde o fraco tira proveito em benefício próprio. E, nesse caso, o fraco pode ser tanto a mulher quanto o homem. Mas o rpto também poderia figurar como espaço de tensão, principalmente

nas famílias abastadas, pois fazia prevalecer a vontade feminina no casamento (SANTANA, 2008, p. 134).

Como afirma Mary Del Priore (2011a), através do rapto a moça estava independente das condições financeiras ou de qualquer outra restrição, afirmando o seu direito de amar e de escolher o seu pretendente. Desta forma, ao citar o pensamento de Gilberto Freyre, a autora destaca que estas fugas entre os casais de namorados representava o declínio da família patriarcal e o início da família romântica. Neste novo modelo familiar, a mulher começava a ter vontade própria, tomando suas decisões, a começar na escolha do cônjuge, sentindo-se realizada em seus desejos.

Por certo, a personagem dona Mariquinha casa-se com o personagem Zé Mariano contra a vontade dos pais, desta união, tiveram ao todo treze filhos, seis homens e apenas uma mulher Maria dos Remédios. “Como de grão em grão a gallinha enche o papo, de anno em anno Ella se rodeia de filhos. Um ainda dependurado nos peitos murchos como bexigas vazias, já outro lhe enfuna a barriga” (MARIZ, 1994, p. 30). Os demais filhos do casal não conseguiram sobreviver e morreram antes de nascer, visto que a mortalidade infantil era um fato recorrente na população sertaneja paraibana.

Como podemos constatar na fala de Miridan Knox Falci (2011), as mulheres sertanejas tinha a capacidade de ser reproduzir rapidamente, tendo em volta de aproximadamente 25 filhos. Nesta mesma medida, a mortalidade infantil também ganhava grandes proporções, a morte de bebês e crianças era comum na população nordestina principalmente nas primeiras décadas do século XX. Portanto, diversos fatores, contribuíram para a elevação desses catastróficos índices, entre os quais podemos destacar as péssimas condições de saúde pública da região.

Disso decorre, também citar as transformações físicas do corpo da personagem Mariquinha causada entre outros motivos pela soma dos filhos e as péssimas condições de misérias em que vivia as famílias pobres no interior do sertão paraibano. “O corpo se altera com a passagem do tempo, com a doença, com mudanças de hábitos alimentares e de vida [...]” (LOURO, 2000, p. 11). Como nos mostra Ignez Mariz, a personagem dona Mariquinha tinha envelhecido antes do tempo, tinha o rosto murcho e o corpo magro demais parecendo uma velha com apenas trinta e três anos.

Michelle Perrot (1988) comenta que, a primeira função da mulher dona de casa é dar à luz e criar os filhos, educando-os socialmente e os conduzidos por todos os

lugares. Por conseguinte, para a autora a segunda função social das mulheres seria a manutenção da família, ou seja, ficavam responsáveis por todas as tarefas domésticas. De fato, podemos tomar como exemplo, a personagem dona Mariquinha cuidando dos filhos, fazendo a limpeza da casa, sempre ocupada com os serviços da cozinha lavando e passando as roupas da família.

Neste mesmo sentido, Mary Del Priore (2011a) acentua que além de cuidar dos filhos e da casa, lavar e passar as roupas da família, a função da mulher dona de casa constitui-se também em satisfazer os desejos sexuais do esposo. Posto que era pecado a mulher negar o ato sexual ao marido, tendo ressalvas apenas nos dias proibidos (período menstrual) ou se por acaso estivesse doente. Como é o caso da personagem dona Mariquinha, para satisfazer os desejos sexuais do seu esposo o personagem Zé Mariano foi que lhe entregou sexualmente todas as vezes, estando boa ou doente.

Além de tudo isso, a personagem dona Mariquinha também contribuía com as despesas familiares exercendo a profissão de costureira na própria residência. Por certo, de acordo com Maluf & Mott (1998, p. 417) a “[...] costura em particular constituíam uma importante atividade realizada no “recôndito do lar” e eram consideradas como sendo das mais importantes, úteis e agradáveis ocupações femininas”. Na verdade, não existia outra alternativa para as mulheres pobres, tendo naquele momento grandes possibilidades de adquirirem recursos financeiros por meio dos seus serviços.

[...] Mariquinha, debruçada dia e noite sobre aquella machina, visto pôr a economia acima de tudo, até de sua própria saúde.
 Dizem que a fêmea do lacrau, quando possui filhos pequeninos, deixa-os em cima de seu corpo a chupal-a, até que morra, e elles, crescidinhos, passam a viver por si mesmos.
 Melhor que isto faz a mãe sertaneja. Com os filhos criados, ella inda se compraz em lhes dar o melhor de suas energias. E mesmo sabendo que vae morrer, ella tem filhos, porque jamais se compenetrará de que a sua vida possa valer mais que a dos seres pequeninos que Deus lhe confiou.
 Mariquinha se dá aos poucos, em holocausto, á sua familia. (MARIZ, 1994, p. 297-298).

Conforme, o fragmento acima, podemos entender que a personagem dona Mariquinha dedicava-se com ardor a sua família, colocando a própria saúde em risco para garantir financeiramente o sustento familiar. No entanto, é importante destacar que as atividades femininas remuneradas só eram socialmente reconhecidas se fossem para

o suprimentos das necessidades familiares. Além do mais, para as mulheres casadas exercer tais atividades remuneradas precisava da autorização do marido, pois existia uma completa dependência ocasionada pelo contrato de casamento.

Como nos mostra Ignez Mariz no romance, a personagem dona Mariquina é um exemplo de uma mulher sertaneja que vivia em todas dimensões na dependência do marido o personagem Zé Mariano. “Mariquinha, no que póde ser, é a copia decalcada do marido. Zé disse, Zé aconteceu. Até quando lhe perguntam a idade dos filhos fica dependurada dos lábios de Zé...” (MARIZ, 1994, p. 24). Portanto, a personagem dona Mariquina assumia bem a função de uma boa esposa, dedicando-se aos filhos e ao marido e nunca discordando das suas opiniões.

Dentro deste contexto, vale acrescentar também que para a ideologia dominante, a complementariedade da renda familiar através dos trabalhos remunerados da esposa, significava na teoria uma derrota e uma vergonha para o marido. Posto que, seria alvo de comentários maliciosos acerca da sua incapacidade de mantenedor, visto que o sustento da casa era responsabilidade exclusiva do marido. “O homem pobre, por suas contradições de vida, estava longe de poder assumir o papel de mantenedor da família previsto pela ideologia dominante [...]” (SOIHET, 2011, p. 370).

A rigor, enquanto o marido era responsável pela manutenção da ordem e do sustento familiar, à mulher cabia a função de honrar a família, respeitando os códigos morais e de bons costumes. De fato, a honra feminina estava primordialmente vinculada a honestidade e a fidelidade, sendo requisitos obrigatórios para o bom funcionamento da relação matrimonial. Não obstante, os homens poderiam exercer com liberdade a sua sexualidade, cuja fidelidade era impossível de ser mantida, visto que as necessidades sexuais dos homens eram bem maiores do que a das mulheres.

Em função disso, podemos compreender que as regras sociais eram menos rígidas para os homens, além disso, as relações sexuais extraconjugais eram incentivadas, símbolo da virilidade masculina. “Esperava-se compreensão diante de tais deslizos e pecadilhos por parte das esposas. Se, para os homens, o livre exercício da sexualidade era incentivado, entre as mulheres, era condenado” (DEL PRIORE, 2011a, p. 265). Ou seja, as mulheres deveriam compreender as fraquezas sexuais dos maridos, desde que o homem continuasse provendo a família financeiramente.

Deste modo, devemos historiar que a infidelidade masculina fazia parte do cotidiano das relações conjugais, sendo pautadas por doutrinas morais tradicionais no interior do sertão paraibano. Um bom exemplo disso, está explícito no romance através

da união matrimonial dos personagens Zé Mariano e dona Mariquinha, marcada por casos de infidelidade. Sob este aspecto, entende-se que o adultério era uma prática comum na sociedade paraibana, segundo Ignez Mariz (1994, p. 80), o personagem Zé Mariano não sentia “um pingo de remorso por essas infidelidades a Mariquinha”.

3.4 A PROFESSORA SOLTEIRONA VIAJADA E INSTRUÍDA

A rigor, de acordo com a análise do romance **A Barragem**, podemos perceber a representação da professora por meio da personagem D. Eudocia, descrita como uma mulher em torno de quarenta anos de idade e que ainda era solteira. Deste modo, D. Eudocia a professora solteirona era uma mulher sem atrativos físicos de poucos sorrisos com uma personalidade marcada pelo autoritarismo. Além disso, mantinha uma disciplina rígida fazendo uso de gritos, de beliscões e da famosa palmatória mecanismos típicos da educação da época, conforme pode ser visto no fragmento abaixo.

Remedio vae agüentado com custo a terrível mestre-escola da aldeia, a illustre d. Eudocia.
Auctoritaria, mandona.
O povo appellidou-a “professora d’ água doce”, porque é daqui mesmo.
Essa expressão faz com que Ella suba ao sétimo céu ... da ira.
As meninas detestam-n’a (MARIZ, 1994, p. 39).

Sob estes aspectos, podemos compreender o motivo pelo qual “As meninas detestam-n’a” D. Eudocia, sempre armando travessuras e fazendo chacota, rindo espalhafatosamente às custas da professora. Além do mais, criavam códigos secretos de zombaria por meio dos apelidos da professora Eudocia ““professora d’água doce”” e “mestre-escola da aldeia”. De fato, além dos mecanismos autoritários utilizados pela educadora, a figura da professora solteirona, não era nem um pouco atraente, ou seja, não existia nenhum tipo de identificação.

Com efeito, predominava a crença na sociedade de que não casar era um insucesso, portanto as mulheres solteironas eram vistas como deselegantes, feias, acanhadas e retraídas. “Representava não apenas uma mulher que não era casada, mas uma mulher virgem, que não havia sido tocada. [...] e vários outros indícios nos sinalizavam que essas eram mulheres sós” (LOURO, 2000, p. 16). Por isso, a maioria

das moças tinha medo de ficar enalhada, as jovens sem perspectiva de casamento tornava-se uma fonte de preocupação para os pais.

Em tal perspectiva, não que fosse uma regra geral, mas a grande maioria das moças que não conseguia arranjar um casamento, abraçava o magistério como profissão visto que, seria uma forma de compensar sua “função natural a maternidade”. Ou seja, ao exercer a docência estas mulheres estavam cumprindo o seu dever maternal como professoras educando e tornando-se uma espécie de segunda mãe. “Se o destino primordial da mulher era a maternidade, bastaria pensar que o magistério representava de certa forma, a extensão da maternidade [...]” (LOURO, 2011, p. 450).

No entanto, cabe-nos situar que, se por um lado a professora solteirona representa a mulher que “falhou no desempenho da sua principal função social”, ou seja, não contraiu o matrimônio e não cumpriu o dever da maternidade. Por outro lado, a professora solteirona representa a mulher que sobressaiu socialmente, como é caso da professora D. Eudocia que trabalhava dando aulas particulares na vila sertaneja. Além disso, D. Eudocia era uma mulher viajada e instruída, e tudo isso fazia dela uma “mulher superior” a todas as demais do seu contexto social.

3.5 A SENSUALIDADE DA PROSTITUTA ALFABETIZADA

Como podemos verificar no romance, Ignez Mariz também faz questão de demonstrar na narrativa a representação da prostituição feminina por meio das personagens Rosa Maria, Cabra-Lina, Sinhá Quiteira e Ribança. No entanto, vamos nos prender principalmente a análise da personagem Cabra-Lina, descrita pela autora como uma jovem mulata, bonita, atrevida e assanhada. “Baixota e recheiada, Lina tem os peitos empinados às custas de saccos de madapolão e um dente de ouro na frente, de papel de chocolate...” (MARIZ, 1994, p. 74).

Evidentemente os atributos físicos e sedutores da personagem contribuíam para atrair os homens, como é o caso do personagem Zé Mariano, visto que a prostituta Lina representava o padrão de beleza sensual da época e do seu lugar social. Na perspectiva de Ignez Mariz, a personagem Lina era uma mulher que fazia por gosto o “amor-profissão”, ou seja, fazia da prática sexual um meio de sobrevivência. De fato, o comércio sexual se apresenta para as mulheres pobres como uma atividade complementar e um meio de sobrevivência do grupo familiar.

Deste modo, podemos compreender que a realidade social de extrema miséria e pobreza, se mostra como uma das causas visíveis da prostituição, pelo menos neste contexto em que os personagens do romance foram criados. Podemos tomar como exemplo a fala da prostituta Lina personagem do romance: “Eu nunca tive queda pra andar de mão em mão, seu Zé. Tudo é necessidade...” (MARIZ, 1996, p. 186). Pois bem, neste trecho entende-se que a entrada da personagem Lina na prostituição era simplesmente por necessidade, e não por uma escolha consciente.

Segundo Luciano Figueiredo (2011) a prostituição era disseminada principalmente em ambientes onde predominava um quadro periódico de pobreza e miséria social. Diante desta situação de pobreza a prostituição manifesta-se como uma opção indispensável para as mulheres pobres, por vezes se prostituindo na própria residência compartilhada pelos familiares. No entanto, essa realidade não serve para explicar todas as dimensões, isto porque outros motivos poderiam implicar na escolha do meretrício como profissão.

Todavia, vale ressaltar que além de prostituta, a personagem Lina desempenhava a função de vendedora de café na pequena feira do comércio local, sendo também um espaço propício para suas conquistas amorosas. “Lina continua a vidinha antiga. Vae de novo vender café na feira, furtricar os homens que lhe cahem no gotto. E o dente de papel de chocolate sempre fazendo furor” (MARIZ, 1994, p. 179). Desta forma, podemos perceber a importância da presença feminina no exercício do pequeno comércio, trabalhando e contribuindo com as despensas familiares.

Na verdade, o comércio ambulante sempre foi marcado pela presença feminina, seja como doceiras, cafezeiras ou boleiras as mulheres estavam incorporadas no mercado de trabalho, na esfera pública. “A prostituição era um perigo constante, principalmente para as mulheres que ficassem expostas nas ruas. Por isso o trabalho não era bem visto para mulheres” (SANTANA, 2008, p. 70). Posto que, o trabalho feminino estava associado a temas relacionados a sexualidade, ao adultério e a prostituição, sendo uma preocupação para a manutenção da ordem na sociedade.

Desde a famosa “costureirinha”, a operária, a lavadeira, a doceira, a empregada doméstica, até a florista e a artista, as várias profissões femininas eram estigmatizadas e associadas a imagens de perdição moral, de degradação e de prostituição (RAGO, 2011, p. 589).

De modo geral, as funções desempenhadas pelas mulheres no mercado de trabalho, e a sua conseqüente presença no espaço público, representava um perigo constante para a boa moral feminina. Mesmo não sendo uma regra comum a atuação das mulheres no pequeno comércio lhe acarretava estereótipo, pois a rua e posteriormente a feira era um espaço favorável para acertos sexuais, como é o caso da personagem Lina. Além disso, as pequenas feiras nos lugarejos eram frequentadas por diversos grupos sociais, estes ambientes se apresentava como espaços de diversão e lazer.

Neste sentido, faz-se necessário salientar que os moleques de recados se apresentava também como um facilitador dos acertos sexuais, levando os recados amorosos para os amantes e em troca obtendo lucro financeiro. “Alguns pareciam viver da função de leva e traz da comunidade, facilitando o serviço das prostitutas [...]” (FIGUEIREDO, 2011, p. 159). Os moleques de recados, intermediavam as relações amorosas, levando bilhetes e cartas, assim a prática do alcoviteiro foi importante para que os encontros sexuais tivessem sucesso naquele momento.

Vejamos o exemplo, da relação amorosa entre a prostituta Lina e o feitor Zé Mariano, ambos personagens do romance, cujos encontros sexuais eram acertados por meio de bilhetes. Todos os dias, Lina mandava recados escritos para Zé Mariano, exigindo o seu comparecimento em sua residência. Sendo algo extremamente raro nas vivências das mulheres desta época, principalmente por Lina ser uma prostituta e pobre que vivia a margem da sociedade.

No romance, Lina vivia com a sua mãe a Sinhá Quiteria (ex-prostituta e cafetina da filha), aos pés da grande barragem procurando seus clientes entre os trabalhadores das obras do açude. “Muitas viúvas parecem ter trilhado o caminho do meretrício e, assinalando uma embrutecedora realidade criada diante da morte do marido, arrastavam suas filhas consigo” (FIGUEIREDO, 2011, p. 163). Portanto, a atitude da personagem sinhá Quiteria era uma realidade, pois muitos pais consentiam a prostituição das filhas, diante das dificuldades adotavam a prostituição como estratégia de sobrevivência.

Além disso, a personagem Sinhá Quiteria também desenvolvia a função de parteira e curandeira, prática bastante comum nesta época, onde os procedimentos hospitalares e cirúrgicos ainda não eram uma realidade. Pois bem, as parteiras sem saber ler nem escrever auxiliavam as mulheres grávidas na hora do parto, substituindo a falta de médicos e cirurgiões. De acordo com Mary Del Priori (2011b, p. 81) “esse saber informal, transmitido de mãe para filha, era necessário para a sobrevivência dos costumes e das tradições femininas”.

É curioso observar também, que Ignez Mariz, faz questão de demonstrar no romance as diferenças que existiam entre as próprias meretrizes, ou seja, entre as mulheres que fazia do sexo profissão. “Eu sei que é, titia, pelo geitão... ‘Perúá’ é pau besta em São Gonçalo. Só tem que aquela é muito limpa, e as de lá...” (MARIZ, 1996, p. 90). Tal fato, remete a admiração de Remédio ao comparar as prostitutas da capital pernambucana as quais tinham a pele branca, eram limpas e bem vestidas, com as prostitutas do alto sertão paraibano, mulatas, sujas, vivendo em péssimas condições de miséria.

Cabe-nos acrescentar ainda que as prostitutas da capital, mesmo sofrendo alguma forma de retaliação, estavam inserida na sociedade, frequentando e partilhando os mesmos espaços na rua, no teatro, no cinema, no trem, no restaurante etc. Por outro lado, as meretrizes do sertão paraibano não gozavam desta liberdade sendo excluídas da sociedade a começar pela residência, as quais eram afastada das demais. Vejamos o exemplo, da casa da prostituta Cabra-Lina que ficava distante do povoado, no meio do mato, sendo um fator de diferenciação e demarcador de lugares sociais.

De forma semelhante, Ignez Mariz destaca na sua narrativa os insultos verbais e a violência contra as mulheres neste começo de século, por meio da prostituta Lina, sendo insultada verbalmente e agredida fisicamente pelo seu amante. “[...] momentos de violência ocorreram nesses ambientes freqüentados pelas prostitutas e seus clientes, locais de brigas e mortes” (FIGUEIREDO, 2011, p. 160). É certo, que a violência física e simbólica contra as mulheres era comum neste contexto, historicamente naturalizada pela cultura patriarcal e machista da época.

Em suma, podemos finalizar este capítulo entrelaçando as similitudes entre a autora Ignez Mariz e as personagens do seu romance que foram destacadas anteriormente, como símbolos da representação da realidade histórica no sertão paraibano nas primeiras décadas do século XX. A personagem dona Mariquinha representa neste contexto, a mulher sertaneja que ainda vivia presa no casamento, submissa e completamente dependente do marido. Em contrapartida, a personagem da prostituta Lina rompe com este estereótipo, representando o elemento transgressor dos códigos morais que circulavam como verdades na sociedade.

Além destes signos representativos, podemos perceber também mesmo com variáveis alguns elementos que representam a própria Ignez Mariz, como é o caso da personagem da professora dona Eudocia, visto que ela também era uma professora instruída e viajada culturalmente. Certamente, a personagem de Maria dos Remédios

também representa a autora, pois era uma jovem com o pensamento moderno, tinha educação escolar, lidava com a leitura e com a escrita. Diante disso, vale também apontar a preocupação de Ignez Mariz com a educação, representada no romance por meio da escola particular da vila e da escola noturna.

Como podemos verificar, o lugar social interfere na escrita do romance de Ignez Mariz, atitude compreensível dentro da lógica em que a ação dos sujeitos históricos, não está isolada do seu contexto sociocultural. Compreendemos também que Ignez Mariz não é uma mulher com um pensamento além do seu tempo, na verdade o seu romance é fruto deste momento de transição entre os antigos valores arcaicos e as novas práticas modernas. Concluimos, assim, observando segundo Michel Foucault o ciclo da representação, algumas características das personagens assemelham-se a autora Ignez Mariz representando-a. Já a autora representa na sua escrita o período moderno de mudanças que estava sucedendo-se na sociedade brasileira visíveis também no alto sertão paraibano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir destes levantamentos, e de toda discussão teórica e reflexiva que desenvolvemos ao longo deste trabalho monográfico, podemos inferir neste momento que a História e a Literatura estão atualmente desenvolvendo um trabalho de parceria na produção do conhecimento. Apesar das diferenças em suas modalidades discursivas as narrativas históricas e literárias estão envolvidas em um processo de mutualidade, onde uma serve de fonte para a outra, e ambas produzem saber. Contudo, para entendemos com mais propriedade o rompimento entre esses dois campos discursivos, é necessário, mais uma vez acentuar aqui as principais características que dista o nexo entre os gêneros históricos e literários.

Como vimos, no primeiro capítulo deste trabalho, o gênero histórico é uma modalidade discursiva que tenta explicar os fatos dentro de uma trama historicamente construída, estabelecendo uma verdade conforme a abordagem historiográfica. Portanto, a narrativa histórica tem por finalidade recriar formas de representação do passado, respondendo aos questionamentos do presente dos homens sobre o mundo. No entanto, vale acrescentar que as narrativas históricas tem por obrigação enveredar uma descrição sucinta de acontecimentos verídicos.

Todavia, podemos destacar que o historiador ao elaborar a narrativa historiográfica não atinge completamente a veridicidade, está apenas construindo versões plausíveis do passado com efeitos de verdade. De fato, o conhecimento histórico não pode desprender completamente dos fatos que poderia ter acontecido de outra maneira, e portanto com outra realidade histórica. Porém, mesmo tendo consciência que a verdade absoluta é inalcançável, o historiador deseja ardentemente essa verdade, anseia que os seus relatos historiográficos estejam em conformidade com a realidade.

Em contrapartida, o gênero literário é uma modalidade discursiva que tem por finalidade a descrição dos fatos dentro de uma trama fictícia, sendo um produto artístico tendo a função de agradar e comover. Como produto da imaginação e da fantasia, suas informações muitas das vezes não são racionalizadas, trazendo em si marcas personificadas recheadas de sentimentos, afetos, e sensações. Evidentemente, devemos compreender que as narrativas literárias resultam de anseios humanos, suas bases estruturais estão firmadas em regras fantasiadas e não na realidade.

De fato, para a Literatura a realidade não tem nenhuma importância, suas tramas fictícias descrevem apenas ações de personagens que simplesmente vivem seus conflitos, suas misérias e seus amores. Diferentemente do historiador, o escritor é essencialmente movido pela imaginação, não almeja e nem se preocupa com veridicidade em seus relatos, gênero puramente imaginativo. Não obstante, o gênero literário mesmo não tendo compromisso com a verdade, possui a equivalência da verdade, a verossimilhança, por meio da função de mimese, ou seja, imitação da realidade.

Destas acepções, podemos anotar que tanto as narrativas historiográficas quanto as narrativas literárias tem como referência o real, ambas partem de uma realidade, seja ela concreta ou imaginada. Pois bem, o gênero histórico cria versões possíveis, plausíveis da realidade, já o gênero literário tenta imitar a realidade, ou seja, o primeiro descreve o que aconteceu, já o outro o que poderia ter acontecido como bem disse o filósofo. Cabe situar, que tanto a descrição literária, quanto a descrição histórica alcança somente a equivalência da verdade, ou seja, a verossimilhança nas suas modalidades discursivas.

Por conseguinte, devemos ainda ressaltar que a revolução no campo historiográfico proporcionando pela escola dos Annales, foi extremamente necessário para que esse diálogo entre a História e a Literatura fosse possível. De fato, a interdisciplinaridade rompeu as fronteiras de natureza epistemológica entre os mais variados tipos de saberes. Diante disso, o campo de pesquisa do historiador foi ampliado de maneira surpreendente, conseqüentemente as fontes de pesquisa também tornaram-se mais amplas, bem como a noção dos objetos.

Nesta medida, entre as diversas fontes possíveis ressaltamos as fontes literárias, sendo importantíssimas na escrita da história, e mais ainda como relato das vivências cotidianas do feminino. No geral, a Literatura é uma fonte fundamental na escrita da história das mulheres, rica em aspectos subjetivos proporcionando múltiplas leituras. Justamente, por ser plurissignificativa as fontes literárias tem a capacidade através do efeito da verossimilhança de enunciar conceitos e revelar os valores fixados em uma determinada realidade histórica.

Anote-se também, que as fontes literárias são riquíssimas, contendo elementos históricos que nos permitem compreender as transformações que estavam ocorrendo na sociedade brasileira nas primeiras décadas do século XX. Principalmente na Literatura produzida neste contexto, ocasião em que estas transformações estavam plenamente em

evidência, refletindo também nas produções artísticas. Decerto, estas mudanças são perceptíveis na nossa fonte de pesquisa o romance regionalista **A Barragem** da escritora sousense Ignez Mariz, apontadas e discutidas no segundo capítulo deste trabalho.

Por certo, através dos elementos históricos deste romance podemos perceber que as mudanças modernas alteraram o modo de vida das mulheres, ao proporcionar uma revolução nos costumes, no comportamento, nos valores e na cultura que até então prevalecia na sociedade. Desta forma, devemos elencar, as principais transformações dentre as quais merecem destaque as mudanças nas relações familiares, na aparência, na moda e no comportamento feminino. As invenções modernas também proporcionaram novos espaços de divertimento para as pessoas como o cinema, o teatro, o parque, as apresentações circenses, os almoços nos restaurante etc.

Ressaltamos ainda, mais uma questão essencial que caracteriza esse período de mudanças, ou seja, a entrada das mulheres no mercado de trabalho rompendo com as antigas restrições que limitava o seu acesso a esfera pública. Todavia, vale destacar que as mulheres pobres sempre trabalharam, seja, como operárias, lavadeiras, doceiras, vendedoras ou empregada doméstica. Na verdade, para as mulheres das camadas empobrecidas o trabalho sempre se impôs como uma necessidade, pois, precisavam trabalhar para tentar escapar das péssimas condições de misérias.

Diante disso, devemos sublinhar que a entrada das mulheres no mercado de trabalho não ocorreu efetivamente em todos os lugares e nem existiu da mesma maneira, pelo contrário cada região contou com suas particularidades. Entendemos, assim que o progresso da modernidade não foi absolvido e vivenciado em todos os lugares e muitos menos com a mesma intensidade. Além do mais, apesar das mudanças, continuou persistindo um forte moralismo que disciplinava o comportamento de homens e mulheres das camadas ricas e pobres.

Sob estes aspectos, podemos verificar nas entrelinhas do romance **A Barragem** os reflexos dessas mudanças modernas também no cotidiano das mulheres no sertão paraibano. Sendo assim, para caracterizar esse período de mudanças na vidas das mulheres sertanejas entrelaçamos no terceiro capítulo as similitudes entre modelos reais e fictícios do feminino, a partir da narrativa romanesca. De fato, através das vivências cotidianas destes modelos do feminino, entre eles da própria autora Ignez Mariz, compreendemos esse momento de ruptura e o diálogo entre os comportamentos modernos e antigos vivenciados naquela época no sertão paraibano.

Em outras palavras, **A Barragem** é um romance regionalista paraibano com um enredo fictício com aspectos verossímeis, retratando a representação histórica da realidade sertaneja, nas primeiras décadas do século XX. Diante disso, ressaltamos a importância deste romance, e enfatizamos a necessidade de outros estudos, reconhecendo-lhe o valor histórico que lhe é devido. Infelizmente o nome da escritora sousense pouquíssimo é citado nas referências bibliográficas, sendo praticamente silenciado nos estudos sobre a História e a Literatura paraibana. Voltemo-nos a esta autora, retirando-a das brumas do tempo.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

FONTE LITERÁRIA

MARIZ, Ignez. **A Barragem**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1937. 328 p.
MARIZ, Ignez. **A Barragem**. 2. ed. João Pessoa: A União, 1994. 328 p.

BIBLIOGRAFIA

- ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. **História e Literatura**. In: História: a arte de inventar o passado. Bauru, SP: Edusc, 2007, p. 43-97.
- ARAÚJO, Emanuel. **A arte da sedução: sexualidade feminina na colônia**. In: História das mulheres no Brasil. Mary Del Priori (org.). 10. ed. São Paulo: Contexto, 2011. p. 45-77.
- DEL PRIORE, Mary. **História do amor no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2011.
- _____. **Magia e medicina na colônia: o corpo feminino**. In: História das mulheres no Brasil. Mary Del Priori (org.). 10. ed. São Paulo: Contexto, 2011. p. 78-114.
- _____. **História do cotidiano e da vida privada**. In: Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia. Ciro Flamarion Cardoso & Ronaldo Vainfas (org.). Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 259-274.
- D'ONOFRIO, Salvatore. **Forma e sentido do texto literário**. São Paulo: Ática, 2007.
- DOSSE, François. **O historiador: um mestre de verdade**. In: A história. Trad. Maria Elena Ortiz Assumpção. Bauru, SP: EDUSC, 2003. p. 13-46.
- FALCI, Miridan Knox. **Mulheres do sertão nordestino**. In: História das mulheres no Brasil. Mary Del Priori (org.). 10. ed. São Paulo: Contexto, 2011. p. 241-277.
- FARIA, Nalu & NOBRE Miriam. **Gênero e desigualdade**. São Paulo: SOF, 1997.
- FERREIRA, Antônio Celso. **Literatura: A fonte fecunda**. In: O historiador e suas fontes. Carla Bassanezi Pinsky e Tania Regina de Luca (org.). São Paulo: Contexto, 2009. p. 61-91.
- FIGUEIREDO, Luciano. **Mulheres nas Minas Gerais**. In: História das mulheres no Brasil. Mary Del Priori (org.). 10. ed. São Paulo: Contexto, 2011. p. 141-188.
- FONSECA, Cláudia. **Ser mulher, mãe e pobre**. In: História das mulheres no Brasil. Mary Del Priori (org.). 10. ed. São Paulo: Contexto, 2011. p. 510-553.
- FOUCAULT, Michel. **Las Meninas**. In: As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas. Trad. Salma Tannus Muchail. 8ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999, p. 3-22.
- FUNARI, Pedro Paulo. **Fontes arqueológicas: os historiadores e a cultura material**. In: Fontes históricas. Carla Bassanezi Pinsky (org.) 2. ed. São Paulo: Contexto, 2010. p. 81-110.
- KARNAL, Leandro & TATSCH, Flávia Galli. **Documento e história: A memória evanescente**. In: O historiador e suas fontes. Carla Bassanezi Pinsky e Tania Regina de Luca (org.). São Paulo: Contexto, 2009. p. 9-27.
- LIMA, Luiz Costa. **História. Ficção. Literatura**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- LOURO, Guacira Lopes. **Mulheres na sala de aula**. In: História das mulheres no Brasil. Mary Del Priori (org.). 10. ed. São Paulo: Contexto, 2011. p. 403-481.
- _____. **Pedagogias da sexualidade**. In: O corpo Educado: pedagogias da sexualidade. Guacira Lopes Louro (Org.). Trad. Tomaz Tadeu da Silva. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 7-35.
- MALUF, Mariana & MOTT, Maria Lúcia. **Recônditos do mundo feminino**. In: História da vida privada no Brasil. São Paulo: Companhia das letras, 1998, v. 3, p. 367-421.
- NÓBREGA, Evandro. Prefácio de *A Barragem*, 2ª. Ed, João Pessoa: A União, 1994.
- PEDRO, Joana Maria. **Mulheres do sul**. In: História das mulheres no Brasil. Mary Del Priori (org.). 10. ed. São Paulo: Contexto, 2011. p. 278-321.
- PERROT, Michelle. **Mulheres**. In: Os excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros. Trad. Denise Bottman. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 165-231.

- _____. **Minha história das mulheres.** Trad. Ângela M. S. Corrêa. São Paulo: Contexto, 2008.
- PINSKY, Carla Bassanezi. **Mulheres dos Anos Dourados.** In: História das mulheres no Brasil. Mary Del Priori (org.). 10. ed. São Paulo: Contexto, 2011. p. 607-639
- RAGO, Margareth. **Trabalho feminino e sexualidade.** In: História das mulheres no Brasil. Mary Del Priori (org.). 10. ed. São Paulo: Contexto, 2011. p. 578-606.
- REIS, José Carlos. **A escola metódica, dita “positivista”.** In: A História, entre a Filosofia e a Ciência. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. p. 15-32
- _____. **O Marxismo.** In: A História, entre a Filosofia e a Ciência. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. p. 51-66
- _____. **O programa (paradigma?) Dos Annales “face aos eventos” da história.** In: A História, entre a Filosofia e a Ciência. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. p. 67-106.
- REUTER, Yves. **Introdução à análise do romance.** Trad. Angela Bergamini... [et al.]. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- SAECULUN - Revista de História. Mariano, Serioja R.C. **Culturas políticas, administração e redes familiares na Paraíba (1825-1840).** João Pessoa, 2011.
- SCHAFF, Adam. **História e verdade.** Trad. Maria Paula Duarte. 3. ed. s/l: Editorial Estampa, 2000.
- SEVCENKO, Nicolau. **Introdução.** In: Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. p. 27-33.
- SOIHET, Rachel. **Mulheres pobres e violência no Brasil urbano.** In: História das mulheres no Brasil. Mary Del Priori (org.). 10. ed. São Paulo: Contexto, 2011. p. 362-400.
- _____. **História das mulheres.** In: Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia. Ciro Flamarion Cardoso & Ronaldo Vainfas (org.). Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 275-296.
- VAINFAS, Ronaldo. **História das mentalidades e história cultural.** In: Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia. Ciro Flamarion Cardoso & Ronaldo Vainfas (org.). Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 127-162.
- VEYNE, Paul Marie. **Como se escreve a história.** Trad. de Alda Baltar e Maria Auxiliadora Kneipp. 4 ed. Brasília: UNB, 1998.

MONOGRAFIA E DISSERTAÇÕES

- EHRICH, Isaías de Oliveira. **Entre os apitos da casa-de-força, a barragem: da análise textual à sala de aula.** Dissertação (Mestrado em Literatura e Ensino) - Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2009.
- CALISTO, Fernanda Pereira. **Cine Éden: cinema e história em Cajazeiras (1970-1980).** Monografia [História] – Universidade Federal de Campina Grande, Cajazeiras – PB, 2014.
- CIPRIANO, Maria do Socorro. **A adúltera no território da infidelidade: Paraíba nas décadas de 20 e 30 do século XX.** Dissertação [Mestrado em História]. Universidade Estadual de Campinas. Campinas – SP, 2002.
- MARIANO, Serioja Rodrigues Cordeiro. **Signos em confronto: o arcaico e o moderno na Princesa (PB) dos anos vinte.** Dissertação [Mestrado em História]. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1999.
- SANTANA, Rosemere Olímpio de. **Raptos consentidos: afetos proibidos e relações de poder na Paraíba (1880-1910).** Dissertação [Mestrado em História] – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2008.

SITES PESQUISADOS

BERNARDO, Ana Maria Coutinho. **Gênero, História e Educação na Paraíba**: memórias de professoras e escritoras do início do século XX. Universidade Federal da Paraíba. Disponível em: <<http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe2/pdfs/Tema5/0516.pdf>> Acesso em 19 de dezembro de 2014.

CORRÊA, Mariza. **Repensando a família patriarcal brasileira**. Disponível em: <http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/cp/arquivos/475.pdf> Acesso em 25 de fevereiro de 2014.

COSTA, Ana Alice Alcântara. **O movimento feminista no Brasil**: dinâmicas de uma intervenção política. Disponível em: <http://www.revistagenero.uff.br/index.php/revistagenero/article/viewFile/380/285>. Acesso em 03 de outubro de 2011.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO PARAIBANO/IHGP. **Ignez Mariz Patrono**. Disponível em: <<http://www.ihgp.net/memorial7.htm>>. Acesso em 19 de dezembro de 2014.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **O mundo como texto**: leituras da história e da literatura. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/asphe/article/viewFile/30220/pdf>>. Acesso 25 de fevereiro de 2014.

PINTO, Celi Regina Jardim. **O feminismo no Brasil**: suas múltiplas faces. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2004000200015. Acesso em 03 de outubro de 2011.

SCOTT, Joan. “**Gênero: uma categoria útil de análise histórica**”. Educação & Realidade. Porto Alegre, v. 20, n. 2, jul./dez., 1995. Disponível em: <http://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/6393/mod_resource/content/1/G%C3%AAnero-Joan%20Scott.pdf> Acesso 08 de maio de 2014.